



# POVO LIVRE

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA • Director: Duarte Lima

## Anotações

O País tem mais uma vez, com um Governo do P.S.D., o Orçamento aprovado nos prazos constitucionais. É uma medida que se louva, de tão arredada que andava dos nossos atribulados costumes políticos.

As críticas da Oposição — esperadas — não impressionaram. Não puderam em causa o essencial, nem apresentaram uma alternativa global.

Nem impressionou, sequer, a crítica do ex-candidato presidencial, que disse que votaria contra, caso fosse deputado. A personalidade em questão tem vastas luzes de latim, mas nisto de orçamento não é particularmente autorizada. *Então não é que para além de não ter apresentado em equilíbrio o orçamento da sua campanha vem agora, passados dois anos, solicitar a aprovação de um orçamento suplementar... e pedir ao P.S.D. que preencha a rubrica das receitas?*

D.L.

## Batalha da Educação um combate a vencer

por Virgílio Carneiro

(Pág. 4)

## PSD vence eleições em Mondrões (Vila Real)

O PSD venceu as eleições intercalares para a Freguesia de Mondrões, com os seguintes resultados: Inscritos — 936. Votantes — 530. O PSD obteve 422 votos e a CDU 77. Houve 7 nulos e 24 brancos.

## Ministro Silveira Godinho na posse dos Governadores Civis

# GANHAR A BATALHA DO DESENVOLVIMENTO RUMO À MODERNIDADE



Durante a cerimónia de posse de governadores civis, quando discursava, o Ministro da Administração Interna, Silveira Godinho. Ao acto assistiram o Prof. Cavaco Silva e os membros do Governo. Em nome dos empossados, usou da palavra o novo governador-civil do Porto, Fernando Vasconcelos — Pág. 12

## Vindos da CEE

# Doze milhões de contos para desenvolver Portugal

(Pág. 3)

## TEMPO DE ANTENA DO PSD

Segunda-feira, dia 18

na RTP-1

após o telejornal das 19.30 h

Ferreira do Amaral

## PMEC's vão ter apoios reservados à indústria

Na área do Comércio Interno, o Governo pretende garantir as condições para um bom exercício da actividade comercial, assegurar o abastecimento do mercado a preços aceitáveis e garantir o cumprimento das exigências normativas.

Ao falar durante o debate sobre as Grandes Opções do Plano e sobre o Orçamento para este ano, o ministro Ferreira do Amaral, do Comércio e Turismo, afirmou conhecer os «novos problemas» que se colocam à actividade comercial — «são as novas técnicas de comercialização, os novos tipos de concorrência, a liberdade de estabelecimento para comerciantes estrangeiros, os novos serviços que há agora que prestar para poder vender, e o comércio clandestino que desvirtua as condições do seu exercício».

Para fazer face a estes problemas, o Governo vai actuar «em estreita colaboração com as associações do sector, no sentido de facilitar as adaptações necessárias através de formação, de divulgação, da extensão do apoio às pequenas e mé-

dias empresas comerciais, dos apoios que até agora se reservavam a empresas industriais, num ambiente em que se pode contar com a dinâmica privada muito vincada, o comércio como actividade empresarial continuará certamente em progresso e responderá sem sobressaltos aos novos desafios».

Ferreira do Amaral considerou, mesmo, que todos os problemas já referidos «têm resposta que, se dada a tempo, se traduzirá em última análise em benefício para os próprios e benefícios para todos».

O ministro falou, também, sobre o papel que há que atribuir à concorrência como factor número um de controle do crescimento dos preços. «O combate a todas as formas de adulteração da concorrência, mesmo as mais indirectas e as mais subtis, assume uma importância vital e não poderá ser aprovado», salientou.

O controle administrativo dos preços continuará, por outro lado, a ser restringido aos bens e serviços para os quais não há concorrência possível ou para



casos excepcionais de perturbação anormal do mercado. O ministro acentuou, a este propósito, que «a concorrência é muito mais eficaz no controle dos preços do que a sua fixação administrativa, a qual, nos tempos em que foi eleita como método privilegiado, nada controlo nem nada resolveu».

### Turismo

Na área do turismo, a respectiva política visará a transformação qualitativa do sector, em todas as suas componentes.

Segundo o ministro, a competitividade externa do turismo português não pode continuar a basear-se na prática de preços baixos, mas antes na relação qualidade-preço, o que implica o

reforço da qualidade da oferta e a melhoria do serviço prestado, o que significa que «a quantidade deixará definitivamente de ser o critério do progresso».

A formação profissional constituirá o núcleo central da política turística. Ferreira do Amaral lembrou que ainda este ano estará em funcionamento a Escola Hoteleira de Lisboa e será concluída a Escola Hoteleira de Coimbra, enquanto em 1990 entrará em funcionamento a do Estoril e em 1991 a do Algarve, o que constitui «um esforço financeiro sem precedentes na história do turismo português».

O turismo interno será, de acordo com o ministro, considerado na política turística com a necessária atenção.

Quanto à promoção, «terá de ser intensificada por forma a aumentar a nossa participação noutros mercados e a captar novos segmentos de mercado, através da racionalização e aplicação mais eficaz das verbas disponíveis e da acção conjugada e coordenada com as Regiões de Turismo».

## Declarações de Dias Loureiro

O Secretário-Geral do PSD, Dr. Manuel Dias Loureiro, depois de se ter encontrado com Freitas do Amaral, a propósito de dívidas da campanha eleitoral, alegadas pelo ex-candidato presidencial e pelas quais o PSD concluiu não ser responsável, declarou que «esta não é uma questão política, é apenas, uma questão de se saber quem tem e quem não tem responsabilidade financeira».

O Secretário-Geral do PSD sublinhou que o partido aderira «a uma campanha já em marcha, apenas nomeara três responsáveis para um conselho político composto por 15 membros, de que ninguém do PSD estivera envolvido na estrutura financeira, não tendo este, portanto, nada a ver com os orçamentos». E comentou: «Isto tudo é radicalmente diferente da campanha de Soares Carneiro, onde o PSD integrou todas as estruturas nomeadamente as financeiras. Perante este conjunto de factos, o PSD concluiu não ser da sua responsabilidade nada do que diga respeito a questões financeiras».

### Fernando Nogueira

## Não podemos ficar à espera de milagres

O ministro da Justiça assumiu no passado mês de Dezembro, na Assembleia da República, denotando grande frontalidade, «que não estão criadas as condições ideais para que o Código de Processo Penal possa entrar em vigor no próximo dia 1 de Janeiro», como de facto aconteceu.

Salientou, no entanto, que falava «com mais autoridade» que os deputados da oposição, uma vez que estes utilizam, em comissão especializada, uma linguagem diferente da que depois é adoptada no hemiciclo...

Fernando Nogueira lembrou que o novo Código de Processo Penal não é nenhum capricho do Governo, tendo sido discutido na anterior legislatura da Assembleia da República, que aliás considerou urgente a sua entrada em vigor.

Fernando Nogueira reconheceu que «são gravíssimas as carências que existem nos tribunais portugueses», mas acredita nas potencialidades criativas e dinâmicas da nova lei do Código de Processo Penal. «Acreditamos que a partir do choque, que é desejável que aconteça, consigamos dar um salto qualitativo



para melhorar as condições de praticabilidade da Justiça em Portugal», salientou o ministro.

Fernando Nogueira revelou ter dialogado com muitas instituições e associações do «mundo» do Direito antes de pôr em vigor o Código e afirmou que a sensibilidade colhida apontou para a entrada em vigor do documento no passado dia 1.

«O ministro da Justiça está aqui — salientou Fernando Nogueira — é para ter problemas, não é para estar numa situação cómoda de continuar a adiar tudo, à espera que haja um milagre que resolva os problemas».

## Vítor Crespo empossou o novo Presidente do Conselho de Imprensa

O Prof. Vítor Crespo, presidente da Assembleia da República, conferiu posse, na passada quinta-feira, ao novo presidente do Conselho de Imprensa, desembargador José Maria Gonçalves Pereira.

«Missão de grande nobreza e alta finalidade» foi como o presidente da Assembleia da República, definiu os objectivos do Conselho de Imprensa.

Vítor Crespo referiu que só existem conselhos de imprensa nos países em que é exigido respeito pelo pluralismo e democraticidade nos órgãos de comunicação social.

O presidente da Assembleia da República aludiu, ainda, ao papel de mediação exercido pela informação entre governantes e governados, numa acção de recíproca influência.

O novo presidente do CI, que de acordo com a lei foi indicado pelo Conselho Superior de Magistratura,



proferiu breves palavras para agradecer a confiança

nele depositada e afirmar que é sua intenção prosse-

guir a linha de orientação do seu antecessor.

# A SOCIAL DEMOCRACIA PARA PORTUGAL

# Governo aperfeiçoa cooperação com Países de expressão portuguesa

A melhoria das relações entre Portugal e os países de expressão oficial portuguesa justifica um novo salto qualitativo nas acções de cooperação política, económica e cultural entre Portugal e aqueles Países.

Nesta óptica, o Ministro dos Negócios Estrangeiros fez ao Conselho de Ministros no passado dia 7, uma exposição sobre os objectivos, métodos, instrumentos e prioridades da cooperação e das possibilidades da participação de Portugal na cooperação multilateral.

Foram identificados os programas prioritários de cooperação, designadamente nas áreas da Educação, Cultura, Formação Profissional, Saúde e Cooperação Empresarial.

No plano interno o Ministro dos Negócios Estrangeiros expôs ainda as modificações estruturais e institucionais, bem como o reforço da coordenação sob a égide do Ministério dos Negócios Estrangeiros que permitirão sustentar o salto qualitativo acima referido.

## 73 milhões de contos de projectos candidaturas do FEDER.

O Conselho aprovou a lista dos projectos, com um valor global de 73 milhões de contos, que constituem o primeiro bloco de candidaturas ao F.E.D.E.R., a apresentar durante 1988. Tendo a preocupação de vir a fazer convergir para o País, nos melhores prazos, o maior montante possível, apresenta-se, assim, às instâncias comunitárias, com quase quatro meses de antecipação à reunião do primeiro Comité FEDER, um conjunto de candidaturas provenientes da Administração Central, de Empresas Públicas como a BRISA e a CP e das Autarquias Locais. Pela primeira vez este ano haverá uma comparticipação apreciável nos três sistemas de incentivos a actividade produtiva que, no seu conjunto, constituirão o primeiro programa nacional de

interesse comunitário de que Portugal beneficiará.

## Facilitado o pagamento de impostos em atraso

É pública e notória a actual situação em que se encontram os tribunais tributários e serviços de contencioso de justiça fiscal nas Repartições de Finanças, que lidando com milhões de processos não conseguem desenvolver de um modo minimamente satisfatório as funções que lhes estão cometidas.

A breve entrada em vigor da Reforma Fiscal impõe, por sua vez, que a administração da justiça fiscal esteja liberta para atempadamente responder aos litígios e interpretação das novas normas.

Assim, foi decidido, a fim de racionalizar o sistema e de preparar a tempo e horas a entrada em vigor em boas condições da Reforma Fiscal em preparação, que os contribu-

tes faltosos possam, a título excepcional, regularizar a sua situação perante o fisco, quer através do pagamento imediato e integral dos impostos, taxas ou contribuições sem juros e custas, quer através do processo de pagamento em prestações, mas com juros.

Também se contempla a possibilidade de serem julgados «em falhas» os processos até dez contos, pois a experiência demonstra que as receitas são menores do que os custos de execução das dívidas desse montante ou de montantes inferiores.

Com efeito, 60% do total dos processos em curso significam apenas cerca de 2,5% a 3% do total de impostos em dívida, sendo os respectivos custos processuais superiores, a maioria das vezes, ao montante a cobrar. Naturalmente, e estando os tribunais desimpeidos, já tal não sucederá pois o tempo de cobrança será bastante inferior.

O Conselho aprovou o novo regime de alvarás de empreiteiros de obras públicas e de construção civil.

O novo regime que abrange também a categoria de fornecedor de obras públicas, diminui a burocracia, restringe a discricionariedade na apreciação dos pedidos de inscrição, melhora o controlo sobre a capacidade e o comportamento dos empreiteiros e fornecedores nas obras realizadas e adapta a nossa legislação às normas da Comunidade Europeia.

Trata-se de uma profunda remodelação, na sequência do

novo regime das empreitadas de obras públicas, aprovado pelo anterior Governo através do Decreto-Lei n.º 235/86, de 18 de Agosto, tudo conducente à obtenção de menores custos nas obras, maior rigor no cumprimento dos prazos e maior clareza e segurança nas relações entre os donos das obras e os empreiteiros e fornecedores.

## Vencimento da Função Pública

Foi aprovado um Decreto-Lei que introduz as novas tabelas de vencimento da Função Pública, incorporado já, e pela 1.ª vez, a tributação em Imposto Profissional, além da actualização de 6,5%. Os novos vencimentos para 1988 resultam, pois, dos vencimentos de 1987 acrescentados de 2 parcelas: uma para compensar, no primeiro momento da tributação, esta mudança fiscal, porque, como está estabelecido na Lei 49/86, não seria justo penalizar os Funcionários Públicos quando é verdade que sempre o seu regime remuneratório foi fixado em termos de salários livres de impostos; outra para cobrir o habitual aumento do início de cada ano.

Não é de mais sublinhar a importância desta mudança pois foi extremamente difícil avançar com ela, envolveu longos trabalhos e, sobretudo, é uma demonstração da vontade política para levar a cabo um objectivo de justiça e transparência fiscais.

# FLAGRANTES

por Fernando Amaral

5



## Conversa dominical

O Sr. Manuel da Turca era um pequeno lavrador de duas dezenas de pipas, algumas árvores de fruta e uma horta bem regada que produzia renovos para comer, dar e vender.

A vinha, as macieiras, as pereiras e os verdes tinham o viço apurado dum trabalho suado que o Sr. Manuel lhes dispensava numa vigilância permanente e cuidada.

Só lhes dava descanso ao domingo.

Pela tardinha, cumprido o preceito dominical, aparecia à mesa do café para desenferujar a língua, dessecar os ouvidos e fazer a colheita semanal das notícias.

Pelos mistérios que vão enredando a vida e que só os sentimentos explicam, o Sr. Manuel casara, há muitos anos, com uma turca. Duro pouco o casamento... A turca, pouco dada a compromissos domésticos, abalara para o mundo... e desapareceu, escandalosamente, com o mesmo insólito com que marcara a sua presença. Abalara... e foi proscrita por uma rejeição social e recriminatória que a empurrou para o esquecimento.

Para o Sr. Manuel parece que foi uma libertação dolorosa mas conformada, senão mesmo desejada. Libertara-se de um pesadelo, mas ficara-lhe agarrado ao nome o ferrete indesejável duma alcinha que era o nojo duma mascarada viuvez.

Desde então vivia só, trabalhando serenamente, sem relógio de ponto, ao sabor da sua vontade, dialogando com as coisas, aprimorando a fazenda com o calor dos seus cuidados.

Fazia a leitura de jornais velhos que outros abandonavam por inúteis. Eram demasiado caros para os comprar quando frescos... Por isso, fazia uma leitura requentada que ia mastigando no termo de cada dia de trabalho para engalhar o sono.

Por eles conhecia o mundo, os homens célebres, os condutores políticos, as guerras que enodoavam a Humanidade e o que se dizia da nossa governação pública.

Naquela tertúlia domingueira, com o seu fato de ir à Igreja, o Sr. Manuel da turca fazia perguntas, objectava e ditava sentenças amaciadas pelo ruminar dum bom senso que manifestava sem complexos.

Ela era o seu espaço social e sentia-se-lhe um legítimo orgulho por emparceirar com os doutores da terra. Aliás, o sr. Manuel, era imprescindível na cavaqueira dominical.

Ele enriquecia-a com os seus assertos, com os seus juízos, com os seus comentários, sempre frontais, descomprometidos e puros.

Falava-se da Bolsa. Dos poucos que ganharam muito e dos muitos que perderam muito. A Bolsa feita lotaria num risco não calculado...

Logo o Sr. Manuel referia: a ganância não tem freios. Enriquecer em pouco tempo, não é próprio de homens honestos. De mim não apanhavam eles a bolsa... Custou-me muito a ganhar... Quem tudo quer tudo perde...

E assim, o Sr. Manuel defendia o seu pecúlio feito de sacrifícios, privações e paciência que as tentações do mundo não conseguiam corromper.

Abordava-se o Orçamento, as verbas que cabiam a este ou aquele serviço. Sugeria-se um aperto nesta, um alargamento naquela, um agravamento neste ou naquele imposto para abrandar o défice...

Então, o Sr. Manuel insurgia-se contra os que pretendem alterar o que o Governo programou. Na sua respeitável sinceridade entendia que só o Governo deve governar. Deixem que seja ele a arrumar a casa. Deixem governar o Governo. Que se ajude o Governo... muito bem. Mas que sejam outros a desfigurar o que ele pretende é coisa que não entende nem aceita. E na pureza do seu sentir, rematava num desabafo:

— Que diabo! Parece que para o Orçamento entrar «tem que se cortar a cabeça à noiva ou as patas à mula»!

E a conversa continuava... mudando-se-lhe o rumo...

# Doze milhões de contos da CEE para Portugal

Mais de doze milhões de contos é quanto Portugal vai receber de dois fundos estruturais da Comunidade Europeia, destinados a cinco projectos de investimento regional e a 75 outros destinados à modernização das estruturas de pesca, provenientes do continente e das regiões autónomas.

A maior fatia (10,6 milhões de contos) foi dirigida pelo FEDER para cinco projectos, dois portuários, um energético, outro educativo e um outro de saúde, cabendo ao Alentejo 45 por cento do total da verba disponível, seguindo-se a região do Norte com

26 por cento, depois a Região Autónoma dos Açores com 14 por cento, o Algarve com 11 por cento e a região de Lisboa e vale do Tejo com quatro por cento.

A região Norte receberá um auxílio a fundo perdido de 2,6 milhões de contos destinado à construção e equipamento do hospital distrital de Guimarães, na Região Autónoma dos Açores os 1,5 milhões de contos do FEDER vão ser dirigidos para o financiamento da segunda fase do porto comercial da Praia da Vitória, enquanto os 355 mil contos destinados à região de Lisboa e vale do Tejo vão ser aplicados

também na construção do porto de pesca da Nazaré.

Sines verá finalmente financiada a construção do quarto grupo gerador de 300 Mw na central termoelectrica envolvendo uma comparticipação de 4,9 milhões de contos, enquanto no Algarve a atribuição de 1,1 milhões de contos do FEDER visa a construção da Escola de Hotelaria e Turismo de Vilamoura.

Com a atribuição de mais esta parcela do FEDER a Portugal — a sétima desde o início de 1987 —, o montante global das ajudas daquele fundo regional ascende a 54 milhões de contos.

Entre 1975 e 1987, as ajudas do FEDER a Portugal ultrapassaram os 11 milhões de contos.

Entretanto, a Comissão Europeia concedeu 1,884 milhões de contos de ajudas comunitárias, também a fundo perdido destinadas à modernização e construção de novas embarcações e ao sector da aquicultura.

A este montante deverá juntar-se uma comparticipação nacional, igualmente a fundo perdido, cabendo o restante à iniciativa do empresário que apresentou o projecto de financiamento.

### REGIÕES AUTÓNOMAS

6 MESES (26 números)	800\$00
12 MESES (52 números)	1550\$00
APOIO (52 números)	2000\$00

### ESTRANGEIRO

	SEMESTRAL	ANUAL
EUROPA, ANGOLA, MOÇAMBIQUE, GUINÉ, CABO VERDE, S. TOMÉ, MACAU	1400\$00	2750\$00
OUTROS PAÍSES	1900\$00	3500\$00

### TABELA DE ASSINATURAS

Pagamento adiantado

### CONTINENTE

6 MESES (2 números)	700\$00
12 MESES (52 números)	1250\$00
APOIO (52 números)	2000\$00

# Batalha da Educação um combate a vencer

Para colocar Portugal, em definitivo, na senda do progresso, são muitas as frentes com que o Governo tem de debater-se e, desde há dois anos a esta parte que o vem fazendo determinadamente.

Impulso indelével para que este desiderato seja alcançado foi dado pelos portugueses em 19 de Julho de 1987, usufruindo já a Nação desse benefício traduzido num estado de espírito de tranquilidade, de confiança e de estabilidade.

Aproveitar esta oportunidade ímpar, pela primeira vez acontecida na democracia portuguesa, deve ser a primordial preocupação, por um lado, de todos os cidadãos por possuírem um clima propício para o trabalho tranquilo e fecundo, por outro lado, do Governo porque se lhe apresenta um horizonte temporal capaz de permitir, com segurança, a tomada de medidas e a implementação de reformas que abriam novas e promissoras perspectivas.

Entre aquelas variadas frentes ocupa lugar cimeiro a frente da Educação, pelo seu carácter abrangente, pela indispensável formação humana e cultural que deve ser seu apanágio prodigalizar, pelas bases científicas, técnicas e tecnológicas que deve propiciar aos jovens cidadãos para que possam, com eficácia, participar no projecto nacional.

Significa isto que não haverá País progressivo e verdadeiramente civilizado sem que

possua uma estrutura educacional capaz, um sistema educativo actuante que garanta os imprescindíveis factores de progresso.

O Governo entendeu isso muito bem ao tomar a peito como tarefa prioritária da sua acção, o sector educativo, aliás na sequência do esforço já expandido pelo Governo anterior, traduzindo essa sua preocupação, com evidência, no Orçamento Geral do Estado para 1988.

Com efeito, é chegado o momento propício para realizar os designios expressos no Programa do Partido Social de propor «a todos os Portugueses uma nova ordem da Sociedade, em que cada indivíduo possa realizar-se como pessoa na liberdade, na igualdade e na justiça, em solidariedade com todos os homens, participando democraticamente na vida política, económica e cultural da Nação e da Humanidade»; de criar condições para garantir «o princípio fundamental da ordem social»

por Virgílio Carneiro\*

que é «o respeito da dignidade de cada pessoa, em todas as circunstâncias», sendo certo que «não há respeito pela dignidade humana sem liberdade, igualdade e justiça».

O PSD «afirma o primado do direito de todos os portugueses a desenvolverem livremente a sua personalidade» e que «em contrapartida todos devem reconhecer o mesmo direito aos seus concidadãos».

Ao empenhar-se, de forma clara, na prossecução destes ideais, o PSD e o Governo, que apoia, estão a responder positivamente à complexa herança de «uma tradição cultural historicamente alimentada pelos contributos do humanismo, do Cristianismo e da filosofia ocidental», que respeitam.

Só uma boa estrutura educativa, com efeito, pode tudo isto garantir.

Nesta perspectiva será, pois, impensável gizar ou implementar qualquer sistema de educação e ensino que não vise, em primeiro lugar, o interesse e a garantia de uma correcta formação integral da infância, da adolescência e da juventude que é o mesmo que

dizer, garantir o futuro de Portugal.

Esta deverá ser uma razão de supremo peso para que os papéis da Família, dos Professores, das Autarquias, do Estado e da Comunidade em geral vençam inércias tradicionais e tenham aqui uma expressiva e relevante intervenção construtiva.

A necessidade imperiosa de profundas reformas estruturais está na mente e na acção do Governo, tendentes, fundamentalmente, a eliminar «a desigualdade de oportunidades de acesso ao ensino e à cultura e as deficiências do sistema educacional», a «promover um permanente acompanhamento técnico-profissional do processo de formação individual», a contribuir para a melhoria «das condições de vida, de trabalho e de integração social dos jovens» e a facultar a criação «de estruturas adequadas para um eficaz aproveitamento dos tempos livres».

Para quem se situe, porém, num campo minimamente realista compreenderá com facilidade que um estádio ideal não



é possível de atingir, muito menos num curto espaço de tempo. Contudo, para se poder caminhar para as proximidades desse ideal é preciso, antes, aplanar o caminho. Mas isso só se fará com a colaboração de todos. É nessa tarefa que o Governo está apostado tendo já começado esse aplanamento, de forma clara e decidida, por várias formas, avultando, entre elas, a calendarização que o Ministério da Educação apresentou à Comissão de Educação, Ciência e Cultura, da Assembleia da República, concernente à regulamentação dos aspectos fundamentais da Lei de Bases do Sistema Educativo consigna-

dos no seu artigo 59º. É um passo importante, este, ao mesmo tempo que marca a ocasião propícia para se colocar o dedo nas «feridas», que não são poucas, e para o que irá ser necessário uma enorme coragem e competência. Muita coragem, sim, porque vai interferir em alguns interesses ideológicos e particulares, inquietar uma mentalidade de há longos anos instalada, remover estruturas obsoletas não só no campo meramente material, porque não basta assegurar a completa cobertura escolar do País, mas também no plano pedagógico-didático, porque urge promover uma acção transformadora de actualização «dos conteúdos e métodos de ensino», de actualização dos agentes educativos, de modernização e funcionalidade dos órgãos directivos das escolas e de reorganização administrativa regional e central.

Há, com efeito, neste domínio, chagas que atingiram grande profundidade, infectando estruturas e pessoas, razão pela qual o tratamento poderá ser mais doloroso, mas nem por isso, ou talvez por isso mesmo, a intervenção pode deixar de ser enérgica e, fundamentalmente, desinibida.

\* Deputado

## A evolução recente das Ciências Políticas

### Seminário Internacional da UNESCO na Universidade do Minho

Realizou-se na Universidade do Minho um Seminário sobre a evolução recente das Ciências Políticas, sob a égide da UNESCO, em colaboração com a Missão Permanente de Portugal junto desta Organização e com os Centros de Relações Internacionais e de Estudos Lusíadas daquela Universidade. Nele participaram especialistas nacionais e estrangeiros desta área importante das Ciências Sociais e Humanas, que debateram questões teóricas e metodológicas bem como, nomeadamente, o problema das Relações internacionais e da Cooperação.

Na sessão de abertura o Embaixador José Augusto Seabra, representante permanente de Portugal na UNESCO, pronunciou uma alocução, em que afirmou, nomeadamente:

(...) As Ciências Políticas, que supõe uma fundamentação epistemológica baseada no primado da ética da prática científica, de que fala por exemplo Karl Popper. Se as mudanças por vezes revolucionárias de paradigma afectam, como não pode deixar de ser,

### Centenário de Fernando Pessoa é comemorado este ano

as perspetivas dominantes neste ou naquele tempo ou espaço, isso não impede que possam e devam coexistir sincronicamente perspectivas metodológicas opostas, que reciprocamente se iluminam, com a tolerância exigente que decorre da meditação serena e pacífica, até quando incide sobre o que é por natureza polé-

mico, na acepção exacta do termo. Talvez seja mesmo aí que a capacidade do homem de confrontar a sua liberdade com o seu destino se consiga afirmar com maior convicção e mais alta responsabilidade, como queria Max Weber, ao reflectir sobre os pontos de vista diferentes mas comple-

mentares do sábio e do político.

(...) O facto de, ao lado do francês e do inglês, o português ser neste Seminário uma língua de trabalho, é uma prova do bem fundado da resolução da última sessão da Conferência Geral da Unesco visando o reconhecimento da nossa língua comum — falada no ano 2000 por cerca de 200 milhões de habitantes dos cinco continentes — como língua que poderá ser gradualmente utilizada nas várias instâncias da mesma Organização, a começar por simpósios científicos como este, onde é um precioso meio de comunicação e de cultura. Não foi

por acaso que o grande poeta do nosso século, Fernando Pessoa, cujo centenário a Unesco vai comemorar em 1988, considerou essa língua sua pátria universal, embora também escrevesse em inglês e francês.

Mas ele foi ainda o anunciador das mutações em curso à nossa volta, ao cantar a exploração da técnica decorrente das descobertas das ciências modernas, incluindo as humanas, que os portugueses ajudaram a criar. Não pôs ele em evidência que o que estes fizeram de grande, para lá das descobertas marítimas que agora celebramos, foi terem «descoberto a ideia da descoberta»?

## TSD-CONVOCATÓRIAS

### TLP (Porto)

Ao abrigo dos Estatutos dos TSD, convocam-se todos os Trabalhadores da Empresa TLP — Telefones Lisboa e Porto (Porto), filiados dos TSD, a participarem numa reunião/assembleia, no dia 20 de Janeiro, das 17 às 20 horas, na sede dos TSD, Rua Guerra Junqueiro, 64 no Porto e com a seguinte:

#### ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Eleição do Secretariado do Núcleo de Empresa.

### RDP

Ao abrigo do Art. 52º dos Estatutos dos T.S.D., convocam-se todos os militantes do Núcleo dos T.S.D. da R.D.P. para

uma Assembleia de Núcleo a realizar no dia 28 de Janeiro pelas 18 h, na Rua da Conceição, 113-3ºesqº, com a seguinte:

#### ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Informações.
- 2 — Assuntos sindicais.
- 3 — Análise da situação sócio-laboral da Empresa.

## III RALLYE SETAS/87

### Organizado pelo Núcleo Desportivo do PSD de Queluz

O Rallye realiza-se na próxima sexta-feira dia 15 pelas 21 h.

As inscrições são aceites na

Sede do PSD em Queluz, Av. da República n.º 85, Porta 3, ou pelo telefone n.º 955454 das 21 e 30 às 23 e 30 horas,

a partir de 5 de a 14 do corrente.

O sorteio será realizado no dia 14, pelas 22 h.

Todos os prémios deste

Rallye estão já exposto na Sede do PSD em Queluz e serão entregues no dia a seguir no Rallye, ou seja, dia 16, pelas 22 h.

## NOVOS ÓRGÃOS TSD

### ARS Setúbal

#### SECRETARIADO DO NÚCLEO

Dolores Gonzalez Leon Martins Costa, Maria Catarina Janeiro Cid Carvalho dos Santos, Maria Delfina Cou-

ceiro Fernandes Costa, Maria Elvira Gonçalves, Maria Georgete Rodrigues Cardoso Jones Oliveira, Maria Manuela Baradas Lopes Silva e Maria Rosa Espada Inácio Pereira Guerreiro.

# JOVEM reformista

ÓRGÃO OFICIAL DA JUVENTUDE SOCIAL DEMOCRÁTICA

## JOVEM REFORMISTA

ANO V • N.º 347 • 13 DE JANEIRO DE 1988

COORDENADOR

**PEDRO GOMES**

COORDENADORES-ADJUNTOS

**MANUEL DUARTE  
PAULO GUEDES DA SILVA**

SUPLEMENTO AO «POVO LIVRE» AO N.º 690

## NESTA EDIÇÃO

- INSTALAÇÃO PILOTO EXPERIMENTAL SUBTERRÂNEA

# INSTALAÇÃO PILOTO EXPERIMENTAL SUBTERRÂNEA

(PROJECTO / IPES)

## 1. ANTECEDENTES DO PROJECTO IPES

A Espanha debate-se com graves problemas no que respeita à deposição dos resíduos radioactivos de alta actividade das suas centrais nucleares (correntemente designados por HLW — High Level radioactive Waste). Deverá ser tomada uma decisão pelo governo espanhol até 1999 quanto à localização definitiva do(s) depósito(s). O adiamento desta decisão implicará o atraso ou interrupção do programa nuclear espanhol, pois nesta altura terá sido atingido o limite máximo de armazenamento de resíduos nas próprias centrais.

Paralelamente, todos os países da Comunidade Europeia que têm programas nucleares em curso se debatem com problemas similares. Por este motivo, a Comissão das Comunidades Europeias estabeleceu um Programa de Pesquisa sobre Gestão e Armazenamento de Resíduos Radioactivos, a decorrer entre 1985-89 pela Direcção-Geral XII (Investigação Científica e Tecnológica).

Ao abrigo daquele programa estão previstas acções experimentais em três tipos de rochas que parecem reunir melhores condições para o armazenamento de HLW. Os ensaios em argilas e salgemas já haviam sido tomados por outros países. A ENRESA veio candidatar-se ao ensaio em rochas graníticas com o projecto IPES.

Assim, o Projecto IPES (Instalação Piloto Experimental Subterrânea) foi apresentado como sendo apenas um projecto de pesquisa destinado ao estudo do armazenamento de HLW. Na realidade, a Espanha pretendeu usar o financiamento comunitário para desenvolver um verdadeiro depósito de resíduos radioactivos.

## 2 — CRONOLOGIA DO PROCESSO

### Dezembro 85

A ENRESA, em colaboração com os serviços geológicos espanhóis, inicia um vasto programa de identificação de sítios propícios à instalação de depósitos radioactivos. As formações consideradas são rochas salíferas, argilosas e máficas graníticas. A região piloto escolhida pela equipa de trabalho veio a ser a Bacia de Madrid/Maçico Central.

O governo espanhol decide avançar com o Projecto IPES, numa zona completamente diferente da escolhida pelos técnicos: o Douro Internacional, nas proximidades de Alcaedavila de la Ribera. Não é forne-

cida a Portugal qualquer informação sobre o assunto.

### 29 Setembro 86

ENRESA entrega na DG XII da Comissão das Comunidades o pedido de financiamento para o projecto IPES, ao abrigo do Programa de Pesquisa sobre Gestão e Armazenamento de Resíduos Radioactivos.

### 2 Outubro

O projecto IPES é apreciado pela primeira vez no Comité de Gestão e Coordenação n.º 6 (CGC 6 — energia nuclear de decisão) da Comissão das Comunidades, para parecer técnico. Não se encontra presente nenhum representante português. É decidido nomear um grupo de peritos para estudar o projecto IPES.

### 10-12 Novembro

Reunião e estudo do projecto IPES pelo grupo de peritos que emitiram o seu parecer. Este é globalmente favorável, embora ponha uma série de importantes reticências. Na sequência, a DG XII propõe-se a financiar o Projecto IPES com um máximo de 4,8 milhões ECU de 1987 a 1989 (cerca de 800 000 contos, correspondendo a 45% dos custos previstos nesse período).

### 4 Dezembro

O Projecto IPES é reapreciado em reunião do CGC 6. O representante português, H. C. Pitch, manifesta-se contra e defende que não deve haver decisão sem acordo com o Governo Português. No entanto, o CGC 6, atendendo apenas ao parecer dos peritos, aprova a proposta da DG XII. Na sequência, H. C. Pitch dá conhecimento superior da questão.

### 14 Dezembro

DG XII envia ao governo português uma nota dando conhecimento da existência do Projecto IPES.

### 7 Janeiro 87

Nota DG XII sobre o Projecto IPES dá entrada na Secretaria de Estado da Comunicação Oficial sobre o assunto).

### 21 Janeiro

DG XII notifica a ENRESA de que está aberta a ENRESA de que para a concessão do financiamento.

### 21 Janeiro

Secretário Geral da Energia espanhola, Fernando Maravall, envia ao Secretário de Estado da Indústria e Energia português conhecimento da existência do Projecto IPES e propõe «colaboração».

jecto IPES, entre as quais o GEOTA. Entretanto, os autarcas e populações espanholas da região afectada tomam conhecimento do assunto pelos jornais portugueses.

### 11 Fevereiro

Declaração da oposição ao financiamento do Projecto

imprensa espanhola. Quase de imediato, organiza-se nas províncias de Salamanca e Zamora um gigantesco movimento contestatário contra o Projecto.

### 6 Março

Secretário de Estado da Investigação Científica portuguesa envia carta ao Sr. Narjes, Vice-Presidente do Conselho de Ministros da Investigação, manifestando a sua preocupação em relação ao Projecto IPES.

### 6 Março

ENRESA envia resposta ao memorando português.

### 17 Março

Resposta espanhola ao memorando português dá entrada na Embaixada de Portugal em Madrid.

### 19 Março

Embaixador F. Reino insurge-se conta a resposta espanhola e pede instruções a Lisboa.

### Abril

Começam a organizar-se os movimentos de oposição ao Projecto IPES em Portugal.

### 5 Maio

Audiência entre o Secretário de Estado do Administração Local e Ordenamento do Território português, o Presidente do Conselho de Ministros da Investigação e com o Sr. Narjes com o objectivo de o sensibilizar face às implicações do Projecto IPES.

### 9-10 Maio

Seminário sobre o Projecto IPES em Mogadouro, organizado pelo GEOTA com a colaboração da Câmara Municipal, e com participação das autarquias locais, associações ambientalistas e representantes dos autarcas e ecologistas espanhóis. Início da colaboração entre ambientalistas e autarcas portugueses e espanhóis. Constitui-se a Comissão Coordenadora Ambientalista contra o Projecto IPES, incluindo várias associações entre as quais o GEOTA.

O primeiro-ministro espanhol Felipe González, em Portugal por ocasião do encontro da Internacional Socialista, nega estar informado sobre o Projecto IPES.

### 5 Junho

Encontro Luso-Espanhol sobre o Projecto IPES, em

Lisboa, organizado pela Comissão Coordenadora Ambientalista, por ocasião do Dia Mundial do Ambiente. Nesta ocasião, são discutidos diversos pareceres e estudos efectuados sobre o Projecto por especialistas nacionais e estrangeiros.

### 13 Junho

Por ocasião do encerramento da 5.ª Conferência Ministerial do Conselho da Europa sobre Ambiente, a Comissão Coordenadora Ambientalista oferece garrafas de vinho do Porto — rotuladas «radioactivo — colheita de 1999».

### 16 Junho

O sr. Narjes, em resposta a uma pergunta do deputado português P. Liz no Parlamento Europeu, declara: que não é política da Comunidade financiar projectos se estes levantarem atritos entre os estados membros; que a correcção técnica do projecto e os interesses das populações locais terão de ser salvaguardados.

A decisão final sobre o projecto pela Comunidade é adiada para Setembro.

### 19 Junho

Reunião de autarcas da região duriense na Régua sobre o Projecto IPES, organizada pela Comissão de Coordenação da Região Norte.

### 27 Junho

Manifestação contra a lixeira nuclear no Douro Internacional, realizada no Porto, organizada pela Comissão Coordenadora Ambientalista e Municípios da região do Douro.

### Agosto

Membros da representação espanhola na Comunidade Europeia em Bruxelas espalham intencionalmente o boato falso de que Portugal estaria disposto a aceitar o Projecto IPES em troca de menores exigências no domínio das pescas. O Governo português desmente veementemente.

### 12 Setembro

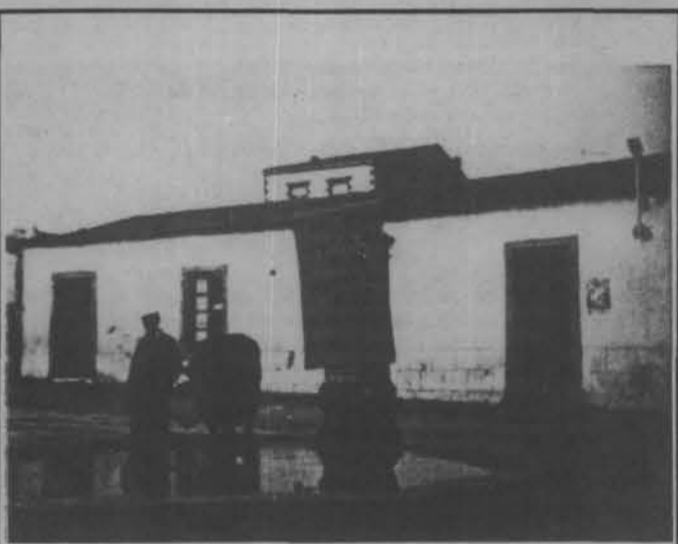
Reunião de técnicos e autarcas em Mogadouro sobre o Projecto IPES e o desenvolvimento da Região Norte.

### Setembro

Decisão final sobre o financiamento do Projecto pela Co-

(Continua na página 7)

**O VERDE**  
BOLETIM SOBRE AMBIENTE E PATRIMÓNIO  
EDITADO PELO  
GRUPO DE ESTUDOS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E AMBIENTE  
INSTITUTO PROGRESSO SOCIAL E DEMOCRACIA  
Director: Pedro Portugal Gaspar Director-Adjunto: Luis Ivens Portela  
ANO V OUTUBRO A DEZEMBRO DE 1987, N.º 13 ESC: 125500



EDUCAÇÃO AMBIENTAL  
CAMPO DE TIRO DE ALCOCHÊTE



SAIU A EDIÇÃO N.º 13 DE «O VERDE» (BOLETIM SOBRE AMBIENTE E PATRIMÓNIO EDITADO DE G.E.O.T.A.).

É COM O DEVIDO INTERESSE QUE PUBLICAMOS A RUBRICA «INSTALAÇÃO EXPERIMENTAL SUBTERRÂNEA» (PROJECTO IPES).

### 2 Fevereiro

Secretário de Estado da Indústria e Energia toma conhecimento da carta espanhola (primeira comunicação directa do governo espanhol ao governo português sobre o assunto).

### 6 Fevereiro

O Secretário de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais, Carlos Pimenta, torna público o assunto em Portugal, falando em nome do governo.

Na sequência, múltiplas entidades em Portugal começam a manifestar-se contra o pro-

jecto IPES, feita pelo Secretário de Estado do Ambiente e Recursos Naturais português, na ocasião do Conselho de Ministros do Ambiente da CEE e sua comunicação ao Comissário Clinton Davies.

### 17 Fevereiro

Embaixador português em Madrid, F. Reino, entrega memorando com pedido de explicações ao governo espanhol. Governo espanhol pede informações à ENRESA.

### 19 Fevereiro

«Expansión» publica 1.ª referência ao assunto na



destaque

## EXTREMOZ — AUTARQUIAS COMUNICADO

A queda da Mesa da Assembleia Municipal, provocada pela aprovação de uma proposta nesse sentido, vem colocar a Coligação Autárquica PS/PSD, numa situação de extrema debilidade.

A referida proposta, embora apresentada pelo grupo da APU, foi votada favoravelmente pela maioria dos autarcas do Partido Socialista.

A Mesa era construída, nos termos do Acordo da Coligação PS/PSD, por dois elementos do PSD e por um elemento do PS.

Desde há algum tempo que o Partido Socialista vinha tomando posições con-

trárias à letra e espírito do Acordo de Coligação, colocando o PSD em situações bastante delicadas.

Da retirada de apoio político, em Maio último, ao presidente da Câmara, não foi dado conhecimento prévio ao PSD.

As solicitações do PSD, para as duas Direcções políticas se reuniram, os responsáveis do PS sempre se esquivaram.

O «alinhamento» com a APU na votação da proposta de destituição da Mesa da Assembleia Municipal, é na prática, o rompimento expresso da Coligação PS/PSD.

Considerando todos estes

acontecimentos, a Juventude Social Democrática de Estremoz decidiu:

1. Solidarizar-se com o Presidente destituído da Assembleia Municipal, porque antes de mais, é uma vítima de um «jogo» de intrigas.

2. Não reconhecer, a partir deste momento, a existência da Coligação Autárquica PS/PSD, que se dissolveu com a última posição dos autarcas do PS.

3. Tentar encontrar juntamente com o PSD alternativas de actuação na Autarquia.

A Comissão Política  
Concelhia

## POLÍTICA DE JUVENTUDE EM PORTUGAL COLÓQUIO EM OLIVEIRA DE AZEMÉIS

Promovido pela Comissão Política da Juventude Social Democrata de Oliveira de Azeméis, realizou-se, no passado dia 2, pelas 15 horas, na sede do PSD concelhio, um colóquio sob a epígrafe «Política de Juventude em Portugal».

Abriu os trabalhos o presidente da JSD concelhia Luís Filipe Oliveira que deu as boas vindas aos Conferencistas e frisou que com este

encontro se pretendia estabelecer um espaço de conforto de ideias e sensibilizar a população para o ideário social democrata e para os problemas da Juventude.

Foram Conferencistas Carlos Coelho, presidente da C. P. Nacional da JSD e deputado à Assembleia Nacional e António Pinheiro, adjunto do Ministro da Educação, que dissertaram respectivamente sobre «A Política da Ju-

ventude hoje em Portugal» e «As grandes Linhas da Educação para a década de 90». No final, houve um espaço para perguntas e debate que foi muito participado. Seguiu-se um jantar de confraternização que congregou cerca de uma centena de Sociais Democratas do Concelho e representações das Comissões Políticas da JSD de quase todos os concelhos do distrito de Aveiro.

## CONVOCATÓRIAS

### BRAGA

Nos termos das disposições estatutárias e regulamentares aplicáveis, e a requerimento da Comissão Política Distrital, convoca-se o Conselho Distrital de Braga da Juventude Social Democrática para reunir ordinariamente no próximo dia 23 de Janeiro, pelas 15 horas, na sede de Braga do PSD, sita no Largo da Senhora-a-Branca, n.º 116, daquela cidade, com a seguinte:

#### ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Informações;
- 2 — Análise da situação política;
- 3 — Votação do relatório de actividades e de contas da CPD cessante;
- 4 — Eleição da Mesa do Conselho Distrital, da Comissão Política Distrital, do Conselho de Jurisdição Distrital e dos Delegados à Assembleia Distrital do PSD.

Pe'l'A Mesa do Conselho Distrital de Braga da JSD  
Miguel Macedo

Nota: Nos termos do disposto ao art. 12.º do Regulamento Interno do Conselho Distrital, as listas concorrentes às eleições referidas no ponto 4 da Ordem de Trabalhos deverão ser entregues na Secretaria Distrital da JSD até 48 horas antes da eleição e subscritas por 5% dos membros do Conselho, devendo ainda ser acompanhadas dos termos de aceitação respectivas.

### COIMBRA

Ao abrigo dos estatutos da JSD convoco o Conselho Distrital da JSD de Coimbra para o dia 22 de Janeiro de 1988, pelas 21h30, a ter lugar na sede do PSD da Figueira da Foz, com a seguinte:

#### ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Informações.
- 2 — Eleição dos órgãos Distritais.

A Mesa do CD/Coimbra da JSD  
Rui Meneses

Nota: As listas deverão ser entregues na sede do PSD de Coimbra até ao dia 20 de Janeiro pelas 21h30.

### ÉVORA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e de acordo com o disposto no regulamento interno do Conselho Distrital, convoca-se o Conselho Distrital de Évora da JSD para reunir ordinariamente no dia 23 de Janeiro de 1988 pelas 15 horas na Sede Distrital de Évora da JSD com a seguinte:

#### ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Informações
- 2 — Análise e votação do relatório de actividades e contas da CPD/JSD cessante.
- 3 — Eleição dos órgãos distritais — Mesa do CD; Comissão Política Distrital e Conselho Jurisdição Distrital.
- 4 — Eleição dos delegados da JSD à Assembleia Distrital de Évora do PSD.
- 5 — Análise da situação política nacional.

O Presidente da Mesa do CD  
Silvino António Barata Alinho

Nota: As listas candidatas aos actos eleitorais referidos nos pontos 3 e 4 da OT deverão ser entregues à mesa do CD/JSD Évora até às 22 horas do dia 22 de Janeiro de 1988.

### LEIRIA

Nos termos dos estatutos nacionais da JSD e do nosso regulamento interno, convoca-se o Conselho Distrital de Leiria da JSD para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 23 de Janeiro de 1988, pelas 15 horas, na sede distrital, sita na Rua Dr. José Jardim, n.º 32 — Leiria, com a seguinte:

#### ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Apresentação do Relatório e Contas do C.P.D.
- 2 — Eleições:
  - a) Mesa do Conselho Distrital;
  - b) Comissão Política Distrital;
  - c) Conselho de Jurisdição Distrital;
  - d) Delegados da JSD à Assembleia Distrital do PSD.
- 3 — Análise da situação Política.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital

### LOURES

Convocam-se os militantes da JSD da Secção de Loures, para um plenário da Secção a efectuar no Sábado 23 de Janeiro pelas 15h30 na Sede do PSD, sita na Rua Manuel Augusta Pacheco, n.º 4 Loures com a seguinte:

#### ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Informações.
- 2 — Apresentação do relatório de actividades.
- 3 — Eleição dos Conselheiros Distritais.
- 4 — Eleição da Comissão Política da JSD.

Nota: Os militantes interessados em apresentar listas para as citadas eleições devem fazer a sua entrega até ao dia 21 de Janeiro pelas 23 horas na sede do PSD. A entrega das listas deverá ser feita só a elementos da Comissão Política.

### MOSCAVIDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco a Assembleia Concelhia de Moscavide da JSD para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 20 de Janeiro pelas 21 horas na Secção de Moscavide, sita na Rua Maria do Rosário Patacão, 4 - r/c Dt.º, com a seguinte:

#### ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Informações.
- 2 — Análise da situação política local e nacional.

Pe'l'A Mesa de Assembleia  
O Presidente  
Jorge Manuel Lopes Antunes

### PORTO — St.º ILDEFONSO

Venho por este meio convocar as eleições nesta Secção para a C.P.S., Conselheiros Distritais, representantes na C.P.S./PSD. As eleições terão lugar na sede da Secção, no dia 16 do corrente mês, às 14.30 horas. Queria também convocar os militantes para um plenário de Secção a ter início meia hora antes, para discussão dos relatórios da vigência da Comissão Política. As listas serão entregues até 24 horas antes do acto eleitoral ao Presidente, em funções, da Comissão Política.

O Presidente da CPS/JSD  
Luís Luna

### SANTARÉM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco Plenário de Secção de Santarém da JSD, extraordinário, para o dia 23.1.88 pelas 21.30 horas na sede do PSD, em Santarém, com a seguinte:

#### ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único: Apreciação do pedido de exoneração da CPS/JSD. Santarém.

O Presidente da Mesa do Plenário  
Rui Paulo Calarrão

### SECÇÃO F

Convocam-se todos os militantes da secção F da JSD, para um plenário, a realizar dia 22 de Janeiro de 1988 pelas 21.30 horas na sede da secção F, com a seguinte:

#### ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Informações.
- 2 — Eleição Com. Pol. de Secção.
- 3 — Eleição da Mesa do Plenário.

O Presidente da Mesa  
Daniel Marques Barros

Nota: As listas concorrentes aos actos eleitorais, terão de entregar na secção toda a documentação necessária até 20 de Janeiro pelas 21.30 horas.

### TONDELA

Ao abrigo dos estatutos nacionais da JSD, convoco o plenário de secção da JSD/Tondela, para reunir na sede concelhia do PSD, às 21.30 horas do próximo dia 15 de Janeiro de 1988 (sexta-feira), com a seguinte:

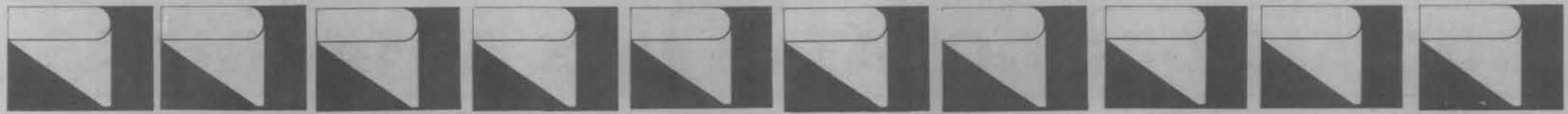
#### ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Informações.
- 2 — Eleição dos delegados ao Conselho Distrital da JSD.
- 3 — Eleição da Comissão Política de Secção.

Nota: As listas candidatas aos pontos dois e três da ordem de trabalhos, devem obrigatoriamente dar entrada na Mesa, até às 21.30 horas do dia 15 de Janeiro de 1988, sob pena de não serem consideradas.

**Lê  
e divulga**

**JOVEM  
reformista**



destaque

# INSTALAÇÃO PILOTO EXPERIMENTAL SUBTERRÂNEA

(Continuação da página 5)

munidade é adiada para Novembro.

## 3. CONSEQUÊNCIAS DO PROJECTO E RISCOS PARA O DOURO

### 3.1. Plano político

A realização do projecto constituiria uma violação inadmissível dos direitos do Estado e da população portuguesa, bem como do direito internacional. Portugal não adoptou (e muito provavelmente não adoptará) a energia nuclear no actual estágio tecnológico, devido aos sérios riscos que comporta, ao alto custo económico e às tensões sociais que gera. Se o Projecto IPES fosse avançado, Portugal teria de suportar os prejuízos de uma opção nuclear que não foi sua.

O Projecto IPES vem introduzir um sentimento de injustiça e desconfiança dos portugueses e das populações espanholas da Raia relativamente à Comunidade. As reacções das autoridades regionais e locais, de associações empresariais, sindicatos, movimentos de cidadãos e da comunidade científica têm manifestado viva repulsa pelo Projecto IPES e pelo apoio implícito concedido pela Comunidade.

Dadas as dificuldades encontradas por todos os países europeus em se livrarem dos seus resíduos nucleares, não é de pôr de parte a hipótese de Aldeadavilla vir a ser usada como depósito de outros resíduos que não os espanhóis. Obviamente se interessam em jogo complicar-se-iam.

É criado um ponto importante de contencioso nas relações bilaterais entre Portugal e Espanha.

É criada uma imagem extremamente desfavorável de Portugal no estrangeiro.

### 3.2. Plano económico

Sendo a zona produtora do Vinho do Porto, histórica e principal actividade da região, o Projecto IPES torna vulnerável aquele produto a qualquer campanha de imprensa que levante dúvidas sobre a sua situação radiológica. Identicamente, o turismo tornar-se-á desde logo inviável.

Não só as actividades tradicionais, como as previstas para o futuro são postas em causa. O simples anúncio de que na região se irá instalar um depósito de resíduos radioactivos comprometerá todas as hipóteses de investimento e desenvolvimento.

Em 1986 o Governo Português aprovou um Plano de Desenvolvimento Regional Integrado para Trás-os-Montes (PDRITM) que reflecte um enorme esforço para tentar dinamizar a região. Nas acções a concretizar, destaca-se a vocação agrícola, agro-pecuária, agro-industrial e turística da região. Um grande investimento acaba de ser concluído

para garantir a navegabilidade do Rio Douro. É evidente que todo este esforço cairá por terra se se vier a concretizar o Projecto IPES, face à grande sensibilidade daquele tipo de actividades à presença de instalações nucleares.

Para além dos prejuízos imediatos, a execução do projecto será uma hipoteca sobre o futuro de toda a região duriente, com implicações inimagináveis no desenvolvimento do país. Os prazos envolvidos são tão longos (dezenas de milhares de anos) que escapam à nossa compreensão imediata.

### 3.3. Plano social

A região afectada pelo Projecto IPES, quer do lado português, quer do lado espanhol,

e espanhol, directamente afectados. O Projecto IPES e as outras instalações nucleares condenam-as a um subdesenvolvimento permanente.

### 3.4. Plano ambiental

Mesmo que se tratasse apenas de um projecto de investigação, os riscos são elevados (porque, segundo o projecto, vão ser testadas «fontes radioactivas»), e na prática impossíveis de contabilizar a priori. Isto é tanto mais grave quando os efeitos nefastos só se verificarão provavelmente ao fim de alguns anos, quando fosse demasiado tarde para remediar o que fosse.

No caso provável de o go-

verno espanhol se decidir pela implementação de um depósito de resíduos radioactivos em Aldeadavilla (provisório ou definitivo), os riscos cresceriam brutalmente. Depósitos deste tipo deveriam ser seguros pelo prazo de dezenas de milhares de anos, mas ainda não está dominada nenhuma tecnologia que garanta uma segurança suficiente para além de poucas dezenas de anos.

O projecto localiza-se a menos de 1 km de Portugal, a juncão da última barragem espanhola no rio Douro. Qualquer emigração de radioactividade virá a repercutir-se em toda a Bacia do Douro, do lado português, até à cidade do Porto.

Em termos imediatos, a introdução no solo de uma fonte de radiação de calor, como são os recipientes contendo HLW, virá a alterar os circuitos das águas subterrâneas, as quais poderão com muito maior facilidade surgir à superfície, como foi comprovado por estudos realizados na Suíça.

Verificou-se que os vidros especiais onde se encerram os resíduos não resistem a certos microorganismos. As fissuras surgem e alargam-se nestes vidros, previstos para durarem milénios como recipientes seguros.

Já que este sistema não garante o acondicionamento por

milénios, haverá que contar apenas com o maciço granítico envolvente para impedir a migração da radioactividade.

Os maciços graníticos são os menos fiáveis para responder às exigências de impermeabilidade, comparativamente às formações de argila e sal gema.

Os granitos não são rochas plásticas que saem falhas ou fissuras abertas. No território português existe uma multiplicidade de falhas ao longo do Douro internacional, que fatalmente se prolongam para o lado espanhol.

A rigidez dos granitos leva à abertura de fissuras no momento das perfurações e da abertura. As águas de circulação subterrânea, sujeitas a ele-

mentos de pressão, comunicam-se ao Conselho Geral de Accionistas da empresa a necessidade da solução intermédia de usar um depósito provisório antes da escolha oficial do local definitivo, numa clara alusão a Aldeadavilla: «Se han empezado, tambien, los estudios precisos para la construcción eventual de un almacenamiento intermedio de residuos de alta actividad, que permita suplir el bache existente entre el momento del llenado de las piscinas de las centrales y la disponibilidad de un almacenamiento definitivo...».

A pretensa validade do Projecto IPES como «estudo ge-

boratorial, em detrimento do ensaio no terreno — caso de Grimsel na Suíça e outros.

O Conselho de Segurança Nuclear espanhol pronunciou-se recentemente, no sentido de Aldeadavilla dispor das condições ideais para acolher um depósito de HLW. Aliás, a região terá as condições para ser o centro do complexo nuclear espanhol: minas de urânio em Ciudad Rodrigo; uma fábrica de tratamento e depósito de resíduos de baixa e média actividade em Juzgado; central nuclear de Sayago; eventual fábrica de reprocessamento e, agora, depósito de HLW.

O Governo Espanhol, através do Ministério da Indústria e Energia, afirma que a decisão para a instalação definitiva do depósito de HLW será tomada em 1999, precisamente o ano em que o Projecto IPES se considera concluído.

O ensaio das formações graníticas junto a Aldeadavilla — que se prolongam para Portugal e que não serão testadas — envolve um investimento de cerca de 38 milhões de ECU e custos sociais e políticos que já são evidentes. É totalmente irrealista pensar que em 1999 as autoridades espanholas decidam vir a suportar os mesmos custos noutra região.

Tudo indica que a deposição de resíduos será decidida para Aldeadavilla se os resultados das experiências até 1999 não revelarem impedimentos drásticos. Ora, nesta matéria um prazo de 12 anos (1987-1999) é extremamente curto para se obterem resultados minimamente fiáveis, quanto mais certezas!

A pedido da Comissão das Comunidades Europeias, um grupo independente de especialistas na gestão de resíduos radioactivos elaborou um parecer, com base na proposta apresentada pela ENRESA para financiamento Comunitário. Realça o relatório deste grupo o facto de o Projecto IPES ser claramente estruturado na perspectiva de se tornar rapidamente uma unidade industrial. Em particular salientam-se os seguintes pontos:

- 1) os prazos de ensaio indicados são bastante apertados;
- 2) o projecto parece ter sido concebido a uma escala mais adequada a um empreendimento industrial do que a um ensaio com fins meramente de pesquisa;
- 3) o projecto parece algo desenquadrado do conjunto do programa nuclear espanhol, nomeadamente do programa de estudo de zonas favoráveis ao depósito de resíduos;
- 4) os sistemas de monitorização e análise previstos são relativamente pouco sofisticados em relação ao sistema de investigação, e requer diversos melhoramentos.

(Continua no próximo número)



apresenta dos piores indicadores socioeconómicos. Trata-se de uma região profundamente atrasada e em continua regressão.

Pela primeira vez em muitas dezenas de anos a região tinha condições para passar a ser atractiva. O regresso dos emigrantes dos anos 60, poderia tornar-se novo factor de dinamização. Com o impacto psicológico do Projecto IPES — a desvalorização de terrenos e da propriedade, as dúvidas sobre a qualidade dos produtos produzidos pela região — não haverá disponibilidade para os emigrantes regressarem e investir nas suas terras de origem. A repulsão e decadência da região será inexorável. O projecto irá lançar a desconfiança e a desmotivação sobre a região, afectando psicologicamente de forma negativa a população residente e os agentes económicos eventualmente interessados no futuro da região.

As consequências referidas chocam claramente a política Comunitária de dinamização das regiões mais atrasadas e com a realização de projectos conjuntos de desenvolvimento das regiões fronteiriças. Estamos perante um projecto, junto à fronteira portuguesa, que contribuirá para acentuar a decadência das regiões, do lado português

verno espanhol se decidir pela implementação de um depósito de resíduos radioactivos em Aldeadavilla (provisório ou definitivo), os riscos cresceriam brutalmente. Depósitos deste tipo deveriam ser seguros pelo prazo de dezenas de milhares de anos, mas ainda não está dominada nenhuma tecnologia que garanta uma segurança suficiente para além de poucas dezenas de anos.

O projecto localiza-se a menos de 1 km de Portugal, a juncão da última barragem espanhola no rio Douro. Qualquer emigração de radioactividade virá a repercutir-se em toda a Bacia do Douro, do lado português, até à cidade do Porto.

Em termos imediatos, a introdução no solo de uma fonte de radiação de calor, como são os recipientes contendo HLW, virá a alterar os circuitos das águas subterrâneas, as quais poderão com muito maior facilidade surgir à superfície, como foi comprovado por estudos realizados na Suíça.

Verificou-se que os vidros especiais onde se encerram os resíduos não resistem a certos microorganismos. As fissuras surgem e alargam-se nestes vidros, previstos para durarem milénios como recipientes seguros.

Já que este sistema não garante o acondicionamento por

vadas temperaturas e enormes pressões, irão aproveitar as zonas de escape proporcionadas pelas falhas e fissuras.

Enfim, é necessário que o local definitivo para armazenamento da HLW seja seguro contra sismos, glaciações e movimentos tectónicos que possam trazer os resíduos para o rio Douro ou para a superfície.

É conveniente ter presente que a última glaciação, que modificou por completo os regimes de escoamentos de águas à superfície e subterrâneas, ocorreu há 10 mil anos e que a estancidade de um depósito de HLW deve ser garantida de muitas dezenas a centenas de milhares de anos.

Os ecossistemas aquáticos e ribeirinhos da Bacia do Douro — que são dos mais ricos da Península, nomeadamente o Tróço do Douro Internacional — correriam o risco de uma verdadeira catástrofe ecológica. As consequências adicionais sobre as populações de toda a Região Norte seriam muito sérias, quer em termos de saúde, quer da estrutura sócio-económica e qualidade de vida em geral.

## 4. INCONSISTÊNCIAS DO PROJECTO

A 30 de Junho de 1986 o Presidente da ENRESA, salientando o facto de o pro-

nérico» da deposição de resíduos radioactivos em rocha granítica é uma pura farsa. É sabido que os ensaios de comportamento à migração de radioactividade e efeitos térmicos e de pressão, se destinam a testar formações geológicas concretas e não propriedades, sobejamente conhecidas, de argilas ou granitos. Assim, o Projecto IPES eventualmente permitirá tirar conclusões sobre o maciço granítico de Aldeadavilla, mas não permitirá fazer extrapolações para um novo local que viesse a ser escolhido, pois as características do maciço rochoso podem variar enormemente. E quando se começam a fazer estudos num sítio, a tendência é continuá-los no mesmo sítio, devido aos conhecimentos acumulados e à economia em termos financeiros.

Para a realização de ensaios em formações graníticas as autoridades dispõem de todo o vasto maciço constituído pela Meseta Ibérica, podendo aí desenvolver ensaios com vista a criar um futuro depósito. Tratam-se inclusivamente de zonas tectonicamente mais sólidas, razão pela qual foram escolhidas em primeiro lugar pelos técnicos espanhóis. Se o objectivo fosse só experimentar o comportamento da rocha granítica, os custos materiais e político-sociais levaram há muito a adoptar o ensaio la-

## SOCIAIS-DEMOCRATAS NAS AUTARQUIAS

# Concelho de Santa Comba Dão quase inteiramente

Quem hoje percorre o distrito de Viseu é testemunha da grande modificação que se está a operar em toda aquela vasta região, coberta em larga medida por uma rede de boas vias de penetração que são frentes de combate do desenvolvimento, em que o PSD se tem empenhado.

O concelho de Santa Comba Dão permanece, porém, algo distante dos grandes vectores de escoamento preferidos pelas grandes indústrias, o que prejudica o seu arranque, na opinião do presidente da respectiva câmara municipal, o social-democrata Daniel Pedro Santos, que propõe uma solução de que também beneficiariam outros concelhos do interior e do próprio litoral.

Mas a grande batalha de Santa Comba Dão tem sido travada até aqui no campo da recuperação financeira e das infra-estruturas básicas. Disso também nos fala Daniel Pedro Santos.

«Povo Livre» — Que sectores têm solicitado mais a sua atenção?

Daniel Pedro Santos — Tenho procurado dar maior atenção às áreas das infra-estruturas básicas, isto é o abastecimento de água e saneamento. Assim, posso dizer que em finais de 1989, de acordo com o nosso programa, praticamente todas as populações do concelho ficarão com

abastecimento público de água ao domicílio e com saneamento.

Para isso, contei com um grande esforço dos trabalhadores do município, já que fazemos todas as obras por administração directa, bem como também com ajuda da Comunidade Económica Europeia, através do fundo Feder.

«P. L.» — Também foram realizados melhora-

mentos nas vias municipais?

D. P. S. — Efectivamente, foram realizados em algumas estradas com interesse, como uma que liga uma povoação aqui do concelho à sua própria sede de freguesia. Anteriormente, os habitantes daquela povoação tinham de passar pela sede do concelho quando se queriam deslocar à sede da sua freguesia.

Também foi dado acesso a uma zona potencialmente turística, que é a zona de Albufeira, com estrada que vai de Pinheiro de Asa à Senhora da Ribeira.

E a Câmara vai continuar com o seu programa de execução de obras de abastecimento de água, saneamento e na rede viária, estando previsto que até 1989 ou 1990 as populações fiquem completamente cobertas. E posso dizer que já hoje todas as povoações estão servidas por estradas alcatroadas.

«P. L.» — O saneamento dispõe de estações de tratamento?



### Albufeira à espera de quem a desenvolva

A barragem da Aguieira é formada por três rios: o Cris, o Dão e o Mondego.

O Cris limita o Concelho de Santa Comba Dão pelo Norte; ao Sul o limite é feito pelo Mondego; quanto ao Dão, atravessa pelo meio o Concelho. Assim, a albufeira desenvolve-se praticamente toda dentro deste Concelho, embora a barragem em si esteja nos concelhos de Penacova e Mortágua.

A Câmara Municipal de Santa Comba Dão tem um plano director para o desenvolvimento dessa zona, que se refere a variadíssimas áreas, desde o turismo, a indústria até à agricultura, a piscicultura, a água, etc., plano esse que possibilita uma gestão organizada daquele espaço e também permite investimentos com a garantia de que não haverá perturbações no aspecto da ocupação do terreno, quer por clandestinos quer por qualquer outra forma.

Trata-se, portanto, de uma garantia a quem pretenda, por exemplo, desenvolver a indústria turística, com grandes possibilidades numa albufeira onde se pode navegar cerca de 60 quilómetros.

É um lago que, segundo um especialista oficial francês que o visitou, tem possibilidade de abastecer de peixe toda a população ribeirinha, de seis concelhos, ou seja entre 150 a 200 mil pessoas, desde que seja ali feito o devido desenvolvimento piscícola.

Já hoje, aliás, a barragem é muito procurada pelos clubes de pesca desportiva, que ali organizam competições.

A Câmara Municipal de Santa Comba Dão aguarda candidaturas à exploração daquelas potencialidades, estando disposta a prestar as ajudas necessárias e possíveis.

### Inteiramente concretizada a recuperação financeira

Daniel Pedro Santos — Em 1983, quando tomei posse, o grande problema que encontrei nesta Câmara, para além das grandes carências neste concelho do interior, foi uma situação financeira de ruptura pelo que nos foi imediatamente necessário fazer a recuperação financeira, antes de avançarmos com os projectos que tínhamos.

Foi isso exactamente que fiz durante o primeiro mandato, já que as dívidas a curto prazo, não falando das de longo prazo, eram elevadas de tal forma que retiravam toda a capacidade de investimento, seja em que obras fosse, mesmo aquelas de que as populações mais careciam, como é o caso do abastecimento de água e do saneamento, uma vez que uma parte do concelho não tem essas infra-estruturas.

Esse problema resolveu-se ao longo dos anos de 1984 e 1985, mas ainda perdurou em 1986, e também em 1987 e 1988, de acordo com o programa de amortização dessa dívida acordado com cada um dos credores.

Nos finais do ano de 1985, a Câmara já não tinha compromissos com a banca, que eram os que mais a sobrecarregavam, devido aos elevados custos da altura, ficando, contudo, pelo menos dois empreiteiros, a quem a cada um devia avultadas verbas, algumas por receber. Com um deles o compromisso já está completamente cumprido neste momento, restando apenas o outro, que está em vias de resolução.

Assim, estes compromissos retiraram a possibilidade de no meu primeiro mandato, de 1983 a 1985, se fazer alguma coisa de destaque, que não fosse organizar, estruturar e o travar da recuperação financeira; em 1986 e 1987, porém, foram feitos bastantes investimentos, não obstante os compromissos que tinham sido acordados com os credores.

Esses compromissos elevavam-se a montantes elevados, pois incluíam a execução de obras desde o ano de 1979. Costuma-se dizer que quem paga é quem faz. Sendo assim, posso dizer que não fiz obras mas paguei-as:

«P. L.» — Quanto somavam as dívidas?

D. P. S. — As dívidas a curto prazo, a empreiteiros, fornecedores diversos, etc. eram de cerca de 140 mil contos, numa câmara que, na altura, tinha uma receita do Fundo de Equilíbrio Financeiro, a mais representativa para nós, de cerca de 80 mil contos, e um orçamento de cento e poucos mil contos.

D. P. S. — Sim, isso sucede no caso de povoações de grande dimensão, ou de fossas sépticas, nas povoações mais pequenas.

«P. L.» — Quanto a instalações escolares?

D. P. S. — O sector do ensino também tem merecido a nossa melhor atenção, o ensino primário e o pré-primário, e não só, porque, este ano, embora não sendo uma competência da Câmara Municipal, conseguimos, para a Escola Se-



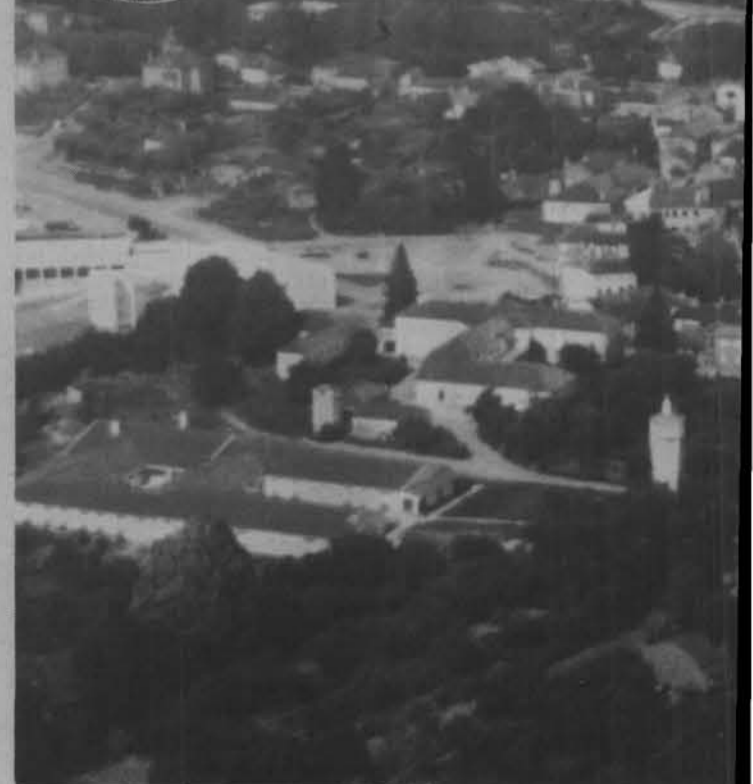
Presidente da C.M. de Santa Comba Dão, Daniel Pedro Santos

cundária, o Curso de Informática. A esse respeito a Câmara estabeleceu um protocolo com o ministério da Educação, assegurando o equipamento necessário, designadamente seis computadores, adquiridos no final deste ano por 3200 contos.

Trata-se de uma verba relativamente importante para o erário municipal que o ministério da Educação deixou de gastar, pondo a funcionar um Curso de Informática com uma importância tremenda aqui para o nosso concelho.

«P. L.» — Para os ensinos primário e pré-primário o que tem sido feito?

D. P. S. — Tem sido feita a construção de novas salas de aula, ou seja novas escolas primárias e pré-primárias, estando também a ser feita a renovação do



# SOCIAIS-DEMOCRATAS NAS AUTARQUIAS

## mente coberto com infra-estruturas básicas

equipamento existente, como carteiras, mobiliário, etc., em todas as escolas, pois esse equipamento era já muito antigo. Posso dizer a esse respeito que era o mesmo não só do meu tempo, mas também do tempo do meu pai, e também talvez do meu avô... Essa renovação foi feita não só nas escolas primárias, como também nas pré-primárias.

Também o material didáctico, como mapas, caixas métricas, sólidos, etc. material aliás bastante dispendioso, tem vindo do mesmo modo a ser renovado pela Câmara. Efectivamente, pensamos que deve ser dada cada vez mais atenção ao ensino, pois em grande parte depende dele o desenvolvimento deste interior em que estamos.

Estes são, efectivamente, os sectores a que nos temos dedicado mais, embora também não tenhamos desenhado outros, como por exemplo as electrificações, a recolha de lixos, de que temos neste momento já uma cobertura total do concelho, que consta de 56 povoações, distribuídas por nove freguesias.

Por outro lado, no próximo ano, graças a um acordo celebrado há dias com o Instituto Português do Livro, vamos instalar de novo a Biblioteca Municipal. É uma obra que vai ser iniciada, estando a respectiva conclusão prevista para 1988. Trata-se de uma obra de grande interesse para este concelho.

«P. L.» — Até que ano o ensino é ministrado na Escola Secundária?

D. P. S. — Até ao 12.º ano.

«P. L.» — Concluído o curso, quais são as perspectivas que se oferecem aos jovens de Santa Comba Dão?

D. P. S. — Aí está o grande problema das nossas regiões do interior, e não só de Santa Comba Dão. É o problema de concelhos que pela sua localização geográfica lutam com bastantes dificuldades no aspecto do desenvolvimento industrial, que é em pequena escala. Os postos de trabalho não chegam para os jovens que procuram o primeiro emprego, levando a que a nossa juventude se dirija para os grandes centros, como Lisboa, Coimbra, agora também Aveiro e Porto, ou a emigrar, procurando uma situação melhor e que lhes permita atingirem os objectivos que se propõem na vida.

«P. L.» — Mas com a abertura das novas vias que servem esta região não se verifica uma tendência para a instalação de novas indústrias?

D. P. S. — Diz-se habitualmente que desde que haja bons acessos as indústrias serão tentadas a instalar-se, mas essa instalação não tem acontecido aqui, e há razões para que não aconteça.

As grandes empresas procuram um mercado estável de preferência o internacional, pelo que optam por vias de escoamento mais directas, através de transportes TIR ou da via marítima.

A via rápida Aveiro-Vilar Formoso, obra de grande importância, veio, na minha óptica, servir mais os concelhos do norte do Distrito de Viseu e a própria zona mais próxima de Viseu.

A matéria prima que

produzimos aqui existe também ao longo dessa via rápida, pelo que as empresas preferem instalar-se ao longo dela, que ainda fica a 40 ou 50 quilómetros de Santa Comba Dão, do que neste concelho. Assim, podem escoar rapidamente os seus produtos tanto por Vilar Formoso como pelo porto de Aveiro. Uma empresa que se instale em Santa Comba Dão terá sempre custos mais elevados derivados do transporte até à via rápida.

Assim, chega-se à conclusão de que o porto da Figueira da Foz devia ser desenvolvido no aspecto comercial, pois neste momento é apenas propício à pesca. Esse porto serviria esta região e serviria também Coimbra, que é prejudicada pelo facto de não ter um porto para escoamento dos produtos da sua

cientos atractivos para aqui se instalarem, porque não deixarão de ter em conta as considerações estratégicas: relações de matéria prima, custo de transportes, vias de escoamento e mercado de colocação do produto.

E posso dar um exemplo. Tivemos a possibilidade de candidatura à instalação de uma grande empresa, que faria um investimento de cerca de quatro milhões e meio de contos. Mas fomos dito que embora o concelho de Santa Comba Dão já oferecesse algumas vantagens, como as existentes ou planeadas no campo do equipamento urbano, que também interessa às empresas e aos respectivos empregados — complexo desportivo, áreas verdes, escolas de música, dança, etc. — não eram suficientes para convencer essa empresa a instalar-se aqui.

outra utilização ou que seja feito neles qualquer tipo de construção.

Conhecemos alguns loteamentos industriais que, depois de gastas avultadas verbas em infra-estruturas, não foram devidamente ocupados de forma a rentabilizar o capital investido e que está ali imobilizado, pelo que optámos pela solução que referi.

Os nossos meios financeiros são pequenos e a nossa população ainda carece de algumas infra-estruturas básicas, como são a água e o saneamento, pelo que investir e imobilizar um capital que não produziria efeito imediato, quando poderia produzir esse efeito imediato no não estaria de acordo com a gestão que fazemos nem serviria os habitantes do nosso concelho.

### A máxima prioridade

**Daniel Pedro Santos** — A nossa primeira e máxima prioridade refere-se a uma obra que não é da responsabilidade da Câmara Municipal, e para cuja realização venho a desenvolver esforços desde 1984, através de relatórios, exposições e bastante correspondência com os sucessivos governos e o ministério da Educação: a nova Escola Secundária de Santa Comba Dão.

A actual Escola Secundária é exígua e não oferece instalações com as condições mínimas para a prática do ensino; o próprio ministro da Educação do anterior Governo reconheceu isso, assim como também o actual Primeiro-Ministro, nesta Câmara Municipal e publicamente, tendo afirmado que a Escola Secundária de Santa Comba Dão seria uma realidade dentro de três anos.

Não duvido de que essa promessa seja cumprida.

Trata-se efectivamente de uma necessidade, pois a actual escola funciona num antigo colégio, num recinto bastante limitado; não tem aulas de ginástica, porque não há condições para a prática dessa disciplina; não há cantina escolar, o que obriga os alunos a levar alimentação de casa ou algum dinheiro, que muitas vezes faz falta às famílias — e eles não gastam, frequentemente, no fim a que se destina.

Se esse problema nos for resolvido, a Câmara Municipal nada mais pedirá tão cedo ao poder central.



### Cinco anos de realização

- Até finais de 1989 todas as populações do concelho ficarão a dispor de água ao domicílio e saneamento.
- Adquiridos pela Câmara seis computadores, no valor de 3 200 contos, para criar na Escola Secundária o Curso de Informática.
- Feita a construção de novas salas de aula para os ensinos primário e pré-primário e feita a renovação do equipamento existente.
- Vai ser instalada de novo a Biblioteca Municipal.
- Oferecido um subsídio às indústrias que criem novos postos de trabalho.
- A recuperação financeira foi conseguida, além de terem sido reorganizados os serviços da câmara.

«P. L.» — Para as empresas que porventura optem por instalar-se em Santa Comba Dão, já há local destinado a esse fim?

D. P. S. — Em termos de terrenos para implantação de empresas, de investidores estranhos ao concelho ou já aqui residentes, a Câmara Municipal possui terrenos sob reserva. Estes terrenos não foram adquiridos, mas a Câmara não permite que lhes seja dada

Assim, não só temos os terrenos para a instalação de indústrias, como também temos um concelho coberto com abastecimento de água, saneamento, vias de comunicação, electrificação, etc. É torna-se fácil para nós instalar uma indústria com ligação à via de acesso principal e dotá-la rapidamente com todas as infra-estruturas de que necessitar.

## PARLAMENTO EUROPEU

Manuel Pereira

# Portugal terá de realizar em poucos anos o que os outros puderam promover em décadas

O presente relatório resulta de uma iniciativa feliz da Comissão de Política Regional, ao manifestar o desejo de se deslocar a Portugal, para que os seus membros pudessem tomar conhecimento directo das realidades do meu país.

Como documento de síntese, não teria sido possível ao relator abordar todas as circunstâncias da vida económica e social do país, bem tão pouco acompanhar a sua evolução. Acreditamos que o seu objectivo principal foi chamar a atenção para certas especificidades relativamente aos demais parceiros comunitários. Também não foi sua intenção exclusiva a de promover a obtenção de instrumentos financeiros, mas lembrar a filosofia que inspirou o «Tratado de Adesão de Portugal às Comunidades», apresentando para o efeito a realidade e os aspectos mais particulares da mesma.

E porque assim entendemos o relatório, não temos dúvidas em conceder-lhe a nossa concordância.

Reconhecendo embora que Portugal não é exclusivamente agrícola, não podemos deixar de perfilhar a tese de que o nosso país deve ser excluído de certas medidas tendentes à redução de produções excedentárias na comunidade ou à aplicação automática da PAC e de algumas reformas presentemente pendentes.

Dado o défice alimentar a que o país está sujeito não seria possível a generalização de medidas que agravariam a situação dos seus pequenos agricultores e da sua economia familiar. Por outro lado, a reconversão indispensável para a

substituição de produtos tradicionais por outros mais adaptados às condições climatéricas e à natureza dos solos — eventualmente mais úteis para o conjunto da comunidade — exige tempo porventura superior a aquele que o «Tratado de Adesão» nos concede. Porque a agricultura portuguesa não pode ser vista apenas sob o ponto de vista económico, mas também no plano social. Se reconhecemos a necessidade de profundas alterações na mentalidade dos nossos agricultores, há no entanto que procurar que também os jovens sejam atraídos para esta

actividade, evitando-se a desertificação dos meios rurais e o congestionamento das cidades. Medidas que, a par duma

gentes, o calor humano, a variedade de paisagens, as tradições e a História, podem encontrar-se um pouco por

### Evitar a desertificação dos meios rurais e o congestionamento das cidades.

preparação profissional cuidada, carecem de tempo para poderem ser eficazes.

A criação de novas infra-estruturas e a melhoria das existentes, que o relator também põe em evidência, representam para nós uma necessidade real. Só estas poderão promover o descongestionamento de certas indústrias, incentivar a criação de outras, especialmente de pequenas e médias empresas, de aproveitar os recursos endógenos das regiões do interior e de fomentar o turismo. Portugal possui neste domínio atractivos que não se confinam apenas às zonas tradicionais. O carácter franco e aberto das nossas

todo o lado, bastando para isso que as regiões menos desenvolvidas possam ser dotadas de infra-estruturas essenciais.

O relator refere a justo título o «Protocolo de Adesão de Portugal às Comunidades», no que se refere ao apoio específico à indústria portuguesa. A comissão tendo já aprovado o PEDIP, gostaríamos de saber dela como vai processar-se este apoio e qual o respectivo montante.

Portugal está consciente do esforço que lhe cabe desenvolver para realizar progressivamente a sua plena integração na comunidade. Passos significativos foram já dados neste

sentido e continuarão a sê-lo. Mas também sabe que em vários domínios da sua economia terá que realizar em poucos anos aquilo que outros puderam promover em décadas. O apoio comunitário não é por isso encarado por nós como uma forma de redução do nosso próprio esforço, mas apenas com o objectivo de promover uma maior aceleração no progresso que desejamos. Por isso, mais do que o pormenor técnico ou a indicação de medidas concretas a estudar pelas autoridades portuguesas com o apoio da comissão, o presente relatório é para nós o sinal político dessa vontade de colaboração.

O relatório «Sdakellariou» não é apenas um documento dirigido a Portugal. Representa também um desafio à capacidade política da comunidade para dar resposta aos grandes problemas que se lhe colocam.

O «Acto Único Europeu» foi o instrumento jurídico adequado para se atingir um objectivo — a criação do mercado interno, mas também reconheceu que o mesmo só pode ser conseguido através

da coesão económica e social e da solidariedade entre os povos da comunidade. Infelizmente, o fracasso da «Cimeira de Copenhague» parece indicar que falta a vontade política de passar das concepções jurídicas às acções concretas. O presente relatório pode significar um bom teste para verificar essa vontade.

Temos a certeza de que o Parlamento Europeu irá dar a resposta adequada que sendo favorável demonstrará uma vez mais a sua coerência acerca dos grandes princípios porque tem pugnado.

\* O relatório «Sakellariou» — relativo a um Programa Integrado para as Regiões Portuguesas — foi aprovado por unanimidade pelo Parlamento Europeu. A Comissão foi convidada a quantificar o montante do apoio a Portugal, tendo no entanto referido, em resposta à pergunta formulada sobre o PEDIP, que seriam atribuídos a Portugal para apoio à indústria 330 milhões de contos, por um prazo de 10 anos.

Rui Amaral

# Não frustrar as expectativas de 320 milhões de cidadãos europeus

O Conselho Europeu de Copenhague foi essencialmente a demonstração de uma preocupante ausência de uma verdadeira dimensão europeia por parte do conjunto dos Chefes de Estado e de Governo.

Tudo parece ter-se passado, e uma vez mais, à margem de um compromisso político firme com a construção europeia e com o Acto Único Europeu, cujos objectivos deixaram há muito de ser os objectivos dos Governos, para se terem convertido, com as ratificações parlamentares, na expressão da vontade dos povos que cada Governo representa de per si, mas que, no contexto da Comunidade, são acima de tudo representados directamente por este Parlamento Europeu.

O que hoje aqui exprimimos é um verdadeiro sentimento de frustração e mesmo de revolta por constatar que, acima de tudo, nos contradizemos quando apontamos unanimemente metas e somos incapazes de as levar à prática. Sou levado a ter que aceitar que a Europa é ainda uma questão demasiadamente modesta no contexto dos múltiplos problemas dos Governos dos Estados Membros. Discutir interminavelmente um montante de recursos nacionais que nem nos próximos cinco anos deverá atingir 1,4% da média do

PNB da Comunidade, é na verdade, aparentemente, excessivamente pouco. Creio que é essa exactamente a razão pela qual uma vez mais tudo ficou adiado mau grado os esforços que devemos saudar, da presidência dinamarquesa.

Mas, se é assim, existe uma contradição política insanável que importa clarificar — valerá efectivamente a pena continuar ou será preferível encerrar a renacionalização das políticas, mesmo que, em cada dia que passa, isso seja objectivamente mais absurdo?

Devo afirmar, entretanto,

que a circunstância de doze Chefes de Estado e de Governo terem chegado tão depressa a um acordo sobre um novo encontro de todos, fixado somente com dois meses de antecipação, o que constitui um compromisso político público de grande significado, me dá alguma esperança. Creio que temos todos a consciência do perigo de desprestígio pessoal, colectivo e institucional que se correria se Bruxelas não fosse em Fevereiro o nascimento das soluções. Porque todos nós conhecemos bem os problemas e sabemos também onde se situam as soluções.

Um risco de outra natureza se corre porém em Bruxelas — é o de se chegar a um acordo decepcionante que frustrasse as expectativas dos 320 milhões de cidadãos europeus e que traduza na prática a impossibilidade, de se realizar o Acto Único Europeu nos prazos que todos os países se auto-impuseram.

Avulta nesta perspectiva a importância e o papel da Comissão Executiva. Depois de um início do ano de 1987 de grande coragem e determinação, é visível, já tive oportunidade de o afirmar em declaração recente, um inusitado recuo nas posições e mesmo na coerência da actuação política.

A Comissão poderia estar a caminho — talvez ainda possa estar — de dar o contributo verdadeiramente histórico num momento-charneira da vida dos povos da Europa.

Estamos talvez ainda a tempo de inverter orientações tácticas mas o comportamento em Copenhague não é de molde a deixar-nos muito optimistas. Este Parlamento confiou muito na Comissão e disse-o claramente. Confiou e confiou bem porque tinha boas razões para isso. Espera não ter agora que concluir que confiou em demasia. A perda de confiança na Comissão afectaria de modo extrema-

mente grave o equilíbrio institucional. É um risco demasiado sério que não pode ser corrido por instituições responsáveis.

Finalmente, como deputado do país mais periférico da Comunidade e daquele que, com a Espanha, mais recentemente é seu membro, é com legitimidade que me pergunto como é possível pretender-se avançar na construção do grande mercado quando ao mesmo tempo

nos mostramos completamente incapazes de resolver os problemas elementares das regiões menos desenvolvidas.

Não se pode esperar de nós uma cooperação entusiástica quando por outro lado se desvaloriza permanentemente a nossa participação numa atitude que viola a solidariedade mas que é acima de tudo a negação de uma atitude de coerência e também de eficácia económica.

**ÓRGÃOS LOCAIS  
DIVULGUEM  
O «POVO LIVRE»**

**A SOCIAL DEMOCRACIA PARA PORTUGAL**

# Homenagem a Montalvão Machado e Lacerda de Queirós

A Secção de Paranhos — (Porto) do PSD convida todos os militantes e simpatizantes a associarem-se ao almoço-convívio a realizar no Centro So-

cial do Padrão da Légua pelas 13 h, do próximo dia 16 do corrente destinado a homenagear os nossos companheiros Mário Montalvão Machado e

António Augusto Lacerda de Queirós.

Estão abertas inscrições na

sede da secção de Paranhos e na sede distrital do Porto até ao dia 15, pelo preço de 1 300 escudos.

## José Luís Ramos na Secção A

O deputado José Luís Ramos desloca-se no próximo dia 19 às 21 e 30 horas, à Secção A de Lisboa (Benfica) onde falará sobre revisão constitucional.

## PS em Estremoz alia-se ao PC

Considerando o Partido Social Democrata de Estremoz, que o Secretariado do Partido Socialista de Estremoz, não cumpriu minimamente com o Acordo firmado para as Eleições Autárquicas de 1985 em Estremoz.

Considerando que o Secretariado do Partido Socialista de Estremoz, infringiu esse Acordo, fazendo uma descarada Aliança com o Partido Comunista na Assembleia Municipal.

Considerando que o Partido Socialista, mais uma vez se mostrou um Partido não cumpridor de Acordos firmados e Assinados.

O PSD de Estremoz, tomando posição sobre o que se passou na Sessão da Assembleia Municipal do dia 18-12-1987, decidiu:

— Protestar firmemente, contra a falta de princípios e desonestidade política manifestada por alguns membros do Partido Socialista na Assembleia Municipal.

— Reafirmar o seu apoio a todos os seus elementos eleitos na Autarquia de Estremoz, bem como aos elementos socialistas que frontalmente souberam demarcar-se das posições assumidas na Assembleia Municipal.

— Manifestar total desconfiança na nova Mesa eleita para a Assembleia Municipal por ser uma FRAUDE, em relação ao acordo firmado entre o PS e PSD, quando das Eleições para a Autarquia.

— Não pactuar com golpismos ou oportunismos, venham eles donde vierem, e por respeito com todos aqueles que acreditam nos seus representantes e por respeito consigo próprio, reafirma a toda a população do Concelho de Estremoz, que como é seu lema, cumprirá até ao fim todos os compromissos assumidos.

## Algarve

### Colóquios PSD/88 I — Agricultura

Com a presença do Secretário de Estado da Agricultura, Álvaro Amaro, e de diversos técnicos especializados, decorrerá no próximo sábado, dia 16, na Casa do Povo de Moncarapacho, a partir das 15 h, um Colóquio organizado pela Comissão Política Distrital de Faro, de debate dos problemas com que se confrontam os agricultores daquela zona do Algarve, recentemente martirizada por queda de granizo, e por cheias devastadoras.

Informação acerca dos instrumentos de financiamento colocados à disposição do sector pela Comunidade Económica Europeia, bem como a discussão sobre o funcionamento das estruturas distritais do Ministério da Agricultura, serão alguns dos temas em debate.

A participação neste colóquio é aberta a todos os interessados, qualquer que seja o seu credo político.

## V. Nova de Gaia

### Regozijo pela criação de novas Vilas

Foram aprovados na Assembleia da República, na Sessão de 18 de Dezembro de 1987, os Projectos de Lei do deputado Manuel Moreira, visando a elevação à categoria de Vila, das Povoações de Arcozelo, Avintes, Canelas, Carvalhos, Grijó e Valadares.

Associando-se às popula-

ções na manifestação de júbilo por estas promoções, a Comissão Política de Vila Nova de Gaia do PSD, expressa o desejo de que o progresso, o desenvolvimento e o bem-estar sejam cada vez maiores, não só para os habitantes das novas Vilas, mas também os do Concelho em geral.

## CONVOCATÓRIAS

### A. M. L.

Convoca-se a Comissão Política Distrital da A. M. L. (alargada) e os deputados pelo círculo de Lisboa para uma reunião a realizar no próximo dia 20, pelas 21 e 30 horas, na Rua da Conceição, 113-3.º Lisboa e com a seguinte:

#### ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Informações.
- 2 — Análise da Estratégia Autárquica.
- 3 — Regulamento Eleitoral da AML.
- 4 — Análise da situação política nacional.

### Gondomar

Ao abrigo do art. 49.º dos estatutos, convocam-se todos os militantes da área do concelho de Gondomar, para reunir em Assembleia de Secção, em sessão ordinária, no próximo dia 23, pelas 21 e 30 h, na Escola Preparatória de Gondomar, sita na Avenida 25 de Abril, em Gondomar (S. Cosme), com a seguinte:

#### ORDEM DE TRABALHOS

- Ponto único — Análise da situação político-partidária no Concelho.

### Monção

Nos termos do disposto no art. 49.º dos Estatutos, convocam-se os militantes para uma reunião ordinária da assembleia de Secção de Monção, que se realizará no dia 29 do mês em curso, pelas 21 h, na sede da freguesia de Pias, com a seguinte:

#### ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Apreciação e votação do relatório e contas do ano findo.
- 2 — Análise da situação político-partidária.

### Secção F

Convocam-se todos os militantes da Secção F para a reunião ordinária da Assembleia Geral, que se realiza no próximo dia 21, às 21 e 30 horas, na nossa sede, com a seguinte:

#### ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Análise da situação política.
- 2 — Informações.

## Moção do Núcleo de Barcarena

Ao Professor Cavaco Silva, pela forma como tem conduzido os destinos do PSD e do País.

À JSD de Oeiras, pela forma como tem demonstrado a sua acção na área de Oeiras do PSD.

Ao Vereador da C. M. O. e Presidente da C. P. da Secção de Oeiras José Augusto Rolo, pela forma empenhada e generosa, como tem defendido os interesses da Secção de Oeiras do PSD.

Aprovada por unanimidade.

## Silveira Godinho

as acções que visam a manutenção da ordem e a tranquilidade públicas, as quais constituem factor essencial ao progressivo fortalecimento da democracia, garantindo a confiança necessária à criação de riqueza, à consolidação do progresso, à promoção do bem-estar e à obtenção de um clima de união e de solidariedade entre os Portugueses.

Não pretendi nestas breves reflexões traçar um quadro exaustivo de actividades, mas tão só indicar, a V. Ex.ª senhores Governadores Cívicos e a quantos nos acompanham hoje, algumas das áreas nas quais o Governo espera de vós uma intervenção activa e dinâmica no plano distrital, no desempenho do mandato que acabamos de vos conferir.

A mudança, por mais desejada que seja, quando chega, é muitas vezes desconcertante.

Por tudo isto, e reconhecendo embora as dificuldades de ordem normativa e institucional, o Governo não vai poupar esforços aos que escolheu para serem os seus representantes distritais.

Certo é que ficou dito, que não é fácil o desempenho de um cargo enquadrado hoje de forma tão imprecisa no percurso entre o poder local e o poder central, mas as vossas qualidades, o vosso entusiasmo e a vossa dedicação são garantia de que levarão a cabo, com êxito, as tarefas que vos aguardam.

Não me furto a reafirmar que, como representantes do

Governo, o representem no seu todo, e do Governo receberão V. Ex.ªs apoio total.

Não quero, finalmente, deixar passar esta ocasião sem dirigir às personalidades que agora terminam o seu mandato como Governadores e vice-governadores Cívicos, o meu agradecimento pela dedicação, esforço e saber que evidenciaram no desempenho das suas funções, e pelo contributo que, através da sua actuação e das suas sugestões, deram para o desenvolvimento da actividade governamental.

Cumpramo-nos ir descobrindo e apontando, rumo ao desenvolvimento, à justiça e à solidariedade, as fronteiras do papel subsidiário do Estado, fazendo avançar até elas a intervenção que compete a cada cidadão e às organizações da sociedade, no respeito pela igualdade de oportunidades para todos os Portugueses.

Como afirmou recentemente o senhor Primeiro-Ministro «o País mudará sobretudo pela iniciativa e capacidade da Sociedade Civil». Todos os Portugueses devem «com coragem e determinação, assumir as suas responsabilidades no combate aos males económicos e sociais que ainda nos afectam, e que são essencialmente superáveis pelo nosso esforço colectivo». «As carências e os atrasos que ainda existem no País poderão ser vencidos: com o trabalho do Governo, mas acima de tudo com o esforço, a inteli-

gência, a vontade e o empenhamento de todos os Portugueses». «A tarefa que temos à nossa frente vale a pena, mas é de todos e não apenas do Governo». «É necessário que todos, Estado e cidadãos, Governo, Oposição e organizações da sociedade civil, sejam capazes de compreender o enorme desafio com que o País está confrontado e se empenhem para vencê-lo. Em democracia todos somos responsáveis».

Cabe-me, em nome do Governo, agradecer a V. Ex.ª senhores Governadores Cívicos o facto de terem aceite o desafio de enfrentar connosco a aliciente tarefa de, «apostando nos Portugueses, continuar a preparar o futuro e a modernizar o País, fortalecendo a democracia».

O Governo conta com a vossa preciosa colaboração, para continuar a desenvolver o trabalho prometido para o progresso de Portugal, pois os portugueses têm o direito de exigir de nós uma actuação eficaz, no sentido de sermos um País mais desenvolvido, com melhor nível e qualidade de vida, mais justo e solidário.

Conquistada a liberdade, consolidada a democracia, esta é a hora de ganhar a batalha do desenvolvimento rumo à modernidade, tendo como objectivo prioritário uma economia ao serviço do Homem, num clima de união e efectiva solidariedade entre todos os Portugueses.

Continuação da página 12

e cultural, organizar o espaço corrigindo as principais assimetrias sectoriais e regionais, modernizar as infra-estruturas, favorecer a inovação no funcionamento das instituições e reforçar a solidariedade social, tudo com vista a obter-se um crescimento sustentado a prazo.

Os governos civis estão também particularmente bem posicionados para uma articulação profícua com as instituições privadas de solidariedade social e para, através delas, contribuir para uma maior e melhor inserção das Famílias Portuguesas no seio da política social.

Os governadores disfrutam de particular capacidade para mobilizar, em seu redor, vontades e energias, para a recuperação dos marginais, dos delinquentes, dos drogados, enfim, de todos os que sofrem o isolamento e a dependência que a vida moderna fabrica.

Portugal é o país de um Povo que se habituou a dar com o espírito de quem recebe, mas é também berço de gentes que não toleram a traça, os atentados às pessoas e bens, a instabilidade e a insegurança.

Neste capítulo, o Governo espera que os seus representantes utilizem adequadamente a competência de que dispõem, e actuem junto das forças e dos serviços de segurança sediados no distrito, com o objectivo de coordenar



**CAMPANHA DE FUNDOS**

TODOS NÃO SOMOS DEMAIS

VAMOS CONSTRUIR O FUTURO

SABEMOS QUE PODE COLABORAR. QUE VAI COLABORAR

**RIO MAIOR**

**SEDE PRÓPRIA**

DIGNA DO MAIOR PARTIDO PORTUGUES

ENVIE O SEU DONATIVO PARA

APARTADO 33 - 2041 RIO MAIOR CODEX

Ministro Silveira Godinho

## OBTENÇÃO DE UM CLIMA DE UNIÃO E DE SOLIDARIEDADE ENTRE OS PORTUGUESES

A posse do pleno dos Governadores Civis não é acto que se confine ao universo daqueles que a podem testemunhar, ou que se esgote no significado imediato de palavras de circunstância. Deverá, antes, ser acto-presença-reflexão-resposta a todo um País que tem o direito de saber o que pode esperar daqueles que a lei define e consagra como representantes do Governo em cada um dos distritos do Continente.

No contexto do actual quadro normativo atinente aos Governadores Civis, não pode o Governo, sem ofensa à credibilidade que lhe é devida pelo seu discurso e pela sua prática, afirmar que à referida função de representação tenha correspondido sempre numa capacidade interventiva tão efectiva quanto seria desejável, mormente no que concerne às competências em matéria de tutela administrativa.

Nos termos da Constituição da República «enquanto as regiões não estiverem instituídas, subsistirá a divisão distrital». Também de acordo com a nossa lei fundamental «compete ao Governador Civil, assistido por um Conselho, representar o Governo e exercer os poderes de tutela na área do distrito».

Por sua vez, o Código Administrativo refere que em cada distrito haverá um Governador Civil, nomeado e exonerado pelo Governo, por proposta do Ministro da Administração Interna, de quem orgânica e hierarquicamente depende... e ainda, que «o Governador Civil representa o Governo na área do distrito».

Porém, certo prefeito na reforma de Mouzinho da Silveira de 1832, administrador

geral do distrito, na de Passos Manuel ou governador civil, desde 1842, com Costa Cabral, até hoje o magistrado administrativo, em Portugal, «não se afirmou como órgão administrativo de coordenação efectiva dos vários serviços locais da administração». Antes se destacou como órgão de representação política do Governo.

A Constituição de 1976, na sua versão originária e na revisão de 1982, ao colocar a prazo a subsistência da divisão distrital, subtraiu os governos civis à dinâmica legislativa e social que as autarquias têm vindo a conhecer. E assim, o distrito, como unidade administrativa territorial de natureza distinta da autarquia, ou ficou esquecido no processo legislativo, ou foi por este re-

metido para diplomas autónomos.

São pois V. Ex.ªs, senhores Governadores Civis, a cabeça de uma estrutura executiva transitória; e esta situação de transitoriedade prolongada apresenta alguns aspectos negativos, com reflexos na eficácia da vossa actuação.

Como é sabido, o Governo está empenhado na aprovação pela Assembleia da República de uma lei-quadro sobre a regionalização, que possibilite uma decisão adequada e oportuna acerca das funções e competência das Regiões Ad-

demorado, porque se deseja altamente participado, quer no plano das autarquias locais, quer através de uma forte sensibilização da opinião pública; o seu desenvolvimento é pois uma tarefa de dimensão nacional, que exige um grande esforço e um elevado empenhamento colectivo.

Até que o processo de regionalização esteja concluído, continuará o Governo empenhado em tomar medidas, no sentido de criar condições para o desempenho, com eficácia e dignidade, das funções dos Governadores Civis, de

XI Governo constitucional, deverá ser entendida como uma clara vontade política de uma ainda melhor articulação entre o poder local e o poder central, e como um convite ao aproveitamento máximo das potencialidades não só deste órgão, como de todos os serviços da Administração ao nível de cada distrito, através de uma actuação coordenada.

Pelo acompanhamento dos problemas específicos dos diversos estratos populacionais, e em colaboração com as autarquias, competirá a V. Ex.ªs dar uma primeira resposta às

situados na área do distrito, como também, disso estamos convictos, dos responsáveis das autarquias locais.

O Governo continuará a promover a acção pedagógica indispensável ao desenvolvimento do espírito de cooperação entre as diversas entidades cuja actuação carece de ser coordenada por V. Ex.ªs.

Estão igualmente V. Ex.ªs, senhores Governadores Civis, em condições privilegiadas de diálogo com as estruturas económicas e sociais, regionais e locais. E aqui reside um dos grandes e estimulantes desafios que vos é colocado.

Na verdade, contida a febre da inflação e dados importantes passos no combate ao desemprego, sintoma de desequilíbrio económico e social que impõe a continuação da tomada de decisões audaciosas e criativas, conformes com a autêntica dignidade humana, deverá a vossa capacidade de diálogo dar um importante contributo para as tarefas de modernização e de desenvolvimento da Sociedade Portuguesa, que, no quadro de uma estratégia de progresso controlado, estão a ser empreendidas no sentido de se aproximar a nossa economia dos níveis europeus. Há, com efeito, que valorizar o potencial humano

Continua na página 11

### Processo de regionalização terá de ser concretizado com prudência e grande sentido das realidades

ministrativas, e que constituirá um factor indispensável para um processo de regionalização equilibrado e com grandes probabilidades de êxito duradouro.

Mas este processo de regionalização, que terá de ser concretizado com prudência e grande sentido das realidades, é necessariamente gradual e

forma a reforçar o prestígio deste importante cargo.

O Governo considera que a actuação dos Governadores Civis é um elemento de grande relevância, quer para o êxito da actividade governamental, quer para o seu adequado e oportuno conhecimento por parte dos cidadãos. Na verdade, para além de o portavoz das decisões do Governo que ao distrito respeitam, o Governador Civil é, através da sua opinião esclarecida e conhecedora, o veículo privilegiado de comunicação, para os membros do Governo das preocupações, dos anseios e das carências das Populações distritais, bem como o portador adequado da análise política feita a propósito da actuação do Executivo.

Não vou aqui enumerar, por ocioso, as competências que o Código Administrativo confere a V. Ex.ªs senhores Governadores Civis, quer no plano da função de representação do Governo, quer nas funções de tutela administrativa e de defesa da ordem pública.

Podereis estar certos que o Governo está atento, dando os impulsos necessários ao desenvolvimento das mesmas e exercendo o adequado acompanhamento.

Apenas destacarei algumas situações que, em meu entender, devem merecer a vossa especial atenção.

A tutela conjunta do Ministério do Planeamento e da Administração do Território, e do Ministério da Administração Interna sobre as Assembleias Distritais presididas pelos Governadores Civis, estabelecida pela Lei Orgânica do

questões de dimensão regional, nomeadamente àquelas que se situam na área da protecção e segurança das populações ou que tenham a ver com a reposição da legalidade. Particular atenção deverá merecer a prevenção de situações potencialmente geradoras de crises e perturbações sociais.

Para o efeito, disporão V. Ex.ªs não só da colaboração de todos os serviços públicos

### GOVERNADORES CIVIS

- Aveiro — Sebastião Marques
- Beja — António Branco Malveiro
- Braga — Fernando Ribeiro da Silva
- Bragança — Júlio de Carvalho
- Castelo Branco — Alberto Romãozinho
- Coimbra — Carlos Loureiro
- Évora — Francisco Branquinho
- Faro — Cabrita Neto
- Guarda — Marília Raimundo
- Leiria — Garcia da Fonseca
- Lisboa — Afonso Moura Guedes
- Portalegre — António Correia Teixeira
- Porto — Fernando de Vasconcelos
- Santarém — Pereira da Silva
- Setúbal — Irene Aleixo
- Viana do Castelo — José Oliveira Loureiro
- Vila Real — Aires Querubim
- Visu — João Antas de Barros

### VICE-GOVERNADORES

- Lisboa — António Machado Lourenço
- Porto — Cândida Antunes de Oliveira



Na passada semana, o Prof. Cavaco Silva deslocou-se ao Distrito de Vila Real onde observou o andamento das obras de construção dos troços da via-rápida de Trás-os-Montes e inaugurou o novo edifício de Ciências Agrárias da Universidade transmontana. O Primeiro-Ministro foi agraciado com a medalha de ouro de Vila Real, por decisão unânime do executivo local.